



Porto Grande
Tráfego de Pescado



2020 RELATÓRIO & CONTAS

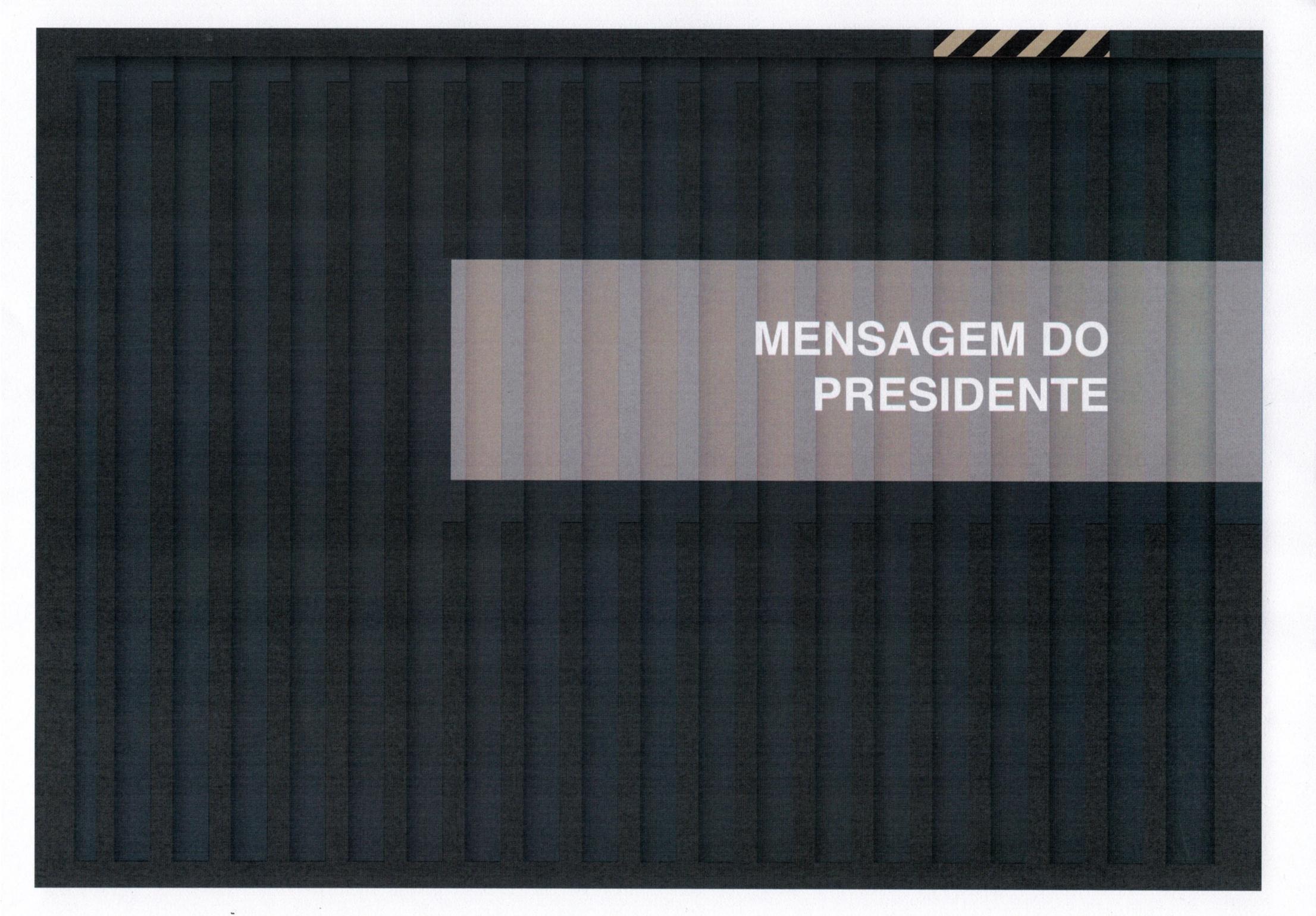


Enapor
Portos de Cabo Verde



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5	7. GESTÃO DAS CONCESSÕES	40
1. A ENAPOR - Portos de Cabo Verde	7	8. GESTÃO DA SEGURANÇA, PROTECÇÃO E AMBIENTE	43
1.1. Apresentação da Empresa	8	9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	46
1.2. Capital Social	9	10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	57
1.3. Órgãos Sociais	9	ANEXOS	59
1.4. Missão, Visão e Valores	10	1. Demonstrações Financeiras	60
1.5. Modelo de Gestão e Estrutura Organizacional	11	2. Anexo às Demonstrações Financeiras	65
2. ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO	12	RELATÓRIO DE AUDITORIA	105
3. O NEGÓCIO E O TRÁFEGO PORTUÁRIO	15	PARECER DO FISCAL ÚNICO	113
4. COMERCIAL E MARKETING	26		
4.1. Rendimentos da ENAPOR 2020	27		
4.2. Acções de Marketing	28		
5. RECURSOS HUMANOS	31		
6. DIRECÇÃO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INOVAÇÃO	36		
6.1. Inovação e Aplicações de Negócios	37		
6.2. Infra-Estrutura e Comunicações	38		
6.3. Informação Estatística e <i>Business Intelligence</i>	39		



**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**



Alcídio Nascimento Lopes

O ano de 2020, ano como nenhum outro, foi desafiador para todos, não tendo sido diferente para a ENAPOR. O mundo entrou na pandemia de covid-19 com desequilíbrios externos persistentes e pré-existentes, com a crise causando uma forte queda do comércio e flutuações significativas nas taxas de câmbio.

A pandemia de covid-19 afectou de forma global o sector portuário, tendo impactado não apenas as nossas actividades e projectos, mas também os nossos clientes, o transporte marítimo e as nossas perspectivas de negócio. A pandemia obrigou a que desencadeássemos processos de adaptação e acelerou a transformação em muitos domínios. A Empresa adoptou o teletrabalho em alguns sectores e fez intervenções importantes a nível de meios electrónicos de comunicação, visando assegurar a fluidez dos processos com os diversos actores intervenientes internos e externos da cadeia logística e portuária.

Não obstante 2020 se ter caracterizado como um ano difícil e com um quadro macroeconómico desfavorável, o sector portuário nacional mostrou grande capacidade de resiliência, tendo a ENAPOR, S.A. procurado, desde o primeiro momento, e de acordo com as orientações das autoridades, conciliar a contenção da pandemia de covid-19 com a necessidade de continuar a garantir, com segurança, a operacionalidade dos portos.

A carga total movimentada, no final de 2020, foi de 2 173 068 toneladas, representando uma redução de 494 185 toneladas (-18,5%) em relação ao período homólogo de 2019. Também, comparativamente ao ano anterior, o movimento de navios nos portos do país diminuiu em 18,1%, totalizando 6431 escalas.

Quanto ao movimento de passageiros, cifrou-se em 758 489, o que representou um decréscimo de -29,2%, ou seja, menos 312 417 passageiros do que em 2019, ano em que se atingiu o número recorde de 1 070 096 passageiros.

A quebra de receitas verificada devido à redução da actividade portuária, aliada à necessidade de apoiar muitos dos nossos clientes, no sentido de salvaguardar a própria continuidade do negócio, pesou sobre a ENAPOR, fazendo diminuir a sua capacidade de gerar fluxos de tesouraria ao ritmo dos anos anteriores. Contudo, é possível afirmar que a actuação e a colaboração da ENAPOR, e também de outros parceiros, permitiram ultrapassar a fase crítica de 2020, assegurando a capacidade para a retoma que se aguarda para este ano.

Em 2020, os resultados líquidos depois de impostos atingiram o montante de 157 996 contos, ou seja, situando-se em um terço dos resultados obtidos em 2019.

O programa de investimentos e o reforço da capacidade portuária inicialmente programados foram levados a cabo praticamente em todas as ilhas, tendo em vista a melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes e utentes. O investimento realizado no exercício de 2020 atingiu 354 milhões de ECV. Para além das empreitadas realizadas e equipamentos portuários adquiridos, os investimentos de modernização tecnológica dos portos no domínio das tecnologias de informação e comunicação, bem como da segurança portuária, foram reforçados e acelerados.

Desenvolveram-se, realizaram-se e iniciaram-se projectos e



acções relevantes para o futuro dos portos, entre os quais importa destacar:

- estudos de reordenamento do Porto da Praia, Porto Grande e Porto do Tarrafal;
- estudos prévios e estudos de impacto ambiental, lançamento de concurso, análise e selecção de propostas para a construção do Terminal de Cruzeiros do Mindelo;
- estudos prévios e projecto de expansão do Porto Novo;
- estudos e projecto-base para uma rede de gares marítimas dos portos; e
- construção do Centro de Pequenas Encomendas e de um armazém no Porto de Vale de Cavaleiros.

O caminho para a recuperação é exigente e as perspectivas permanecem altamente incertas, pois ainda pairam no horizonte riscos de novas ondas de contágio, porém a ENAPOR prossegue, com determinação e confiança, a aposta na melhoria das infra-estruturas e da qualidade dos serviços prestados a navios, carga e passageiros.

A todos os colaboradores da ENAPOR, que, com profissionalismo e dedicação, dão todos os dias o melhor de si em prol do engrandecimento da instituição que servem, o Conselho de Administração manifesta o seu apreço e deixa uma palavra de incentivo e encorajamento para enfrentarem as adversidades que nos esperam, plenamente confiante de que serão os grandes obreiros na construção do futuro dos nossos portos.

01

ENAPOR - PORTOS DE CABO VERDE

PRAIA MARIA
S. VICENTE

Enapor
Portos de Cabo Verde

FORSON
124 TON
LIE

FOOS

FOOS



1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA



Enapor

Portos de Cabo Verde

Unindo as ilhas e ligando-as ao mundo

Criada a 1 de Setembro de 1982, a ENAPOR é uma sociedade anónima de capitais públicos, detidos directa e exclusivamente pelo Estado de Cabo Verde.

A sociedade, enquanto concessionária-geral dos portos, tem por objecto a administração, gestão e exploração económica dos portos de Cabo Verde, terminais e zonas de jurisdição portuária, cuidando da sua conservação, planeamento e desenvolvimento, o que abrange o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

O portfólio da Empresa é constituído por serviços de pilotagem, reboque, amarração/desamarração, atracação/desatracação, equipamentos, tráfego de mercadorias, armazenagem, fornecimento de energia e de água e *bunkering*.

A Empresa está presente nas 9 ilhas habitadas do país, unindo-as e ligando-as ao mundo, através de infra-estruturas que garantem a prestação de serviços com a qualidade e a segurança almejadas.

Com 38 anos no mercado, a ENAPOR é uma das referências do sector empresarial cabo-verdiano, assentando o seu sucesso em profissionais qualificados e motivados, movidos pelo espírito de equipa e foco no cliente.

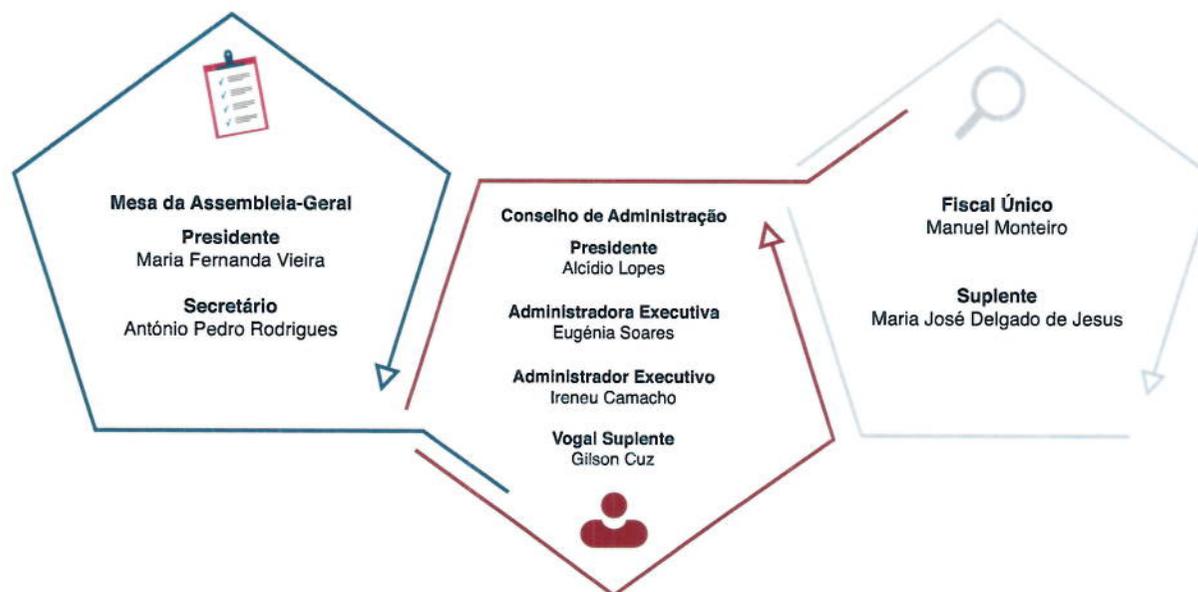


1.2. CAPITAL SOCIAL

Em Setembro de 1982, data da sua criação, a ENAPOR contava com um capital social de 750.000 contos que, em 2009, foi aumentado para 1.200.000 contos, pertencentes ao Estado de Cabo Verde, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelos valores integrantes do seu património, o que espelha o crescimento sustentado da Empresa ao longo dos anos.

1.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

O modelo de governo societário em vigor na ENAPOR compreende uma estrutura organizativa constituída pela Assembleia-Geral, pelo Conselho de Administração e por um Fiscal Único, com poderes conferidos pelos Estatutos da Empresa, Estatuto do Gestor Público e leis aplicáveis ao sector público empresarial.



1.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES



Garantir a prestação de serviços eficientes e de qualidade aos clientes dos portos de Cabo Verde, assegurada por profissionais qualificados e motivados, com base em infra-estruturas e equipamentos adequados, com segurança e respeitando o ambiente e os requisitos técnicos mínimos estabelecidos, de maneira a potenciar a unificação do mercado interno e a sua integração competitiva na economia mundial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável do país.

Fazer dos portos nacionais o elo privilegiado de unificação do mercado interno, a "âncora" da economia marítima nacional e um centro de prestação de serviços marítimo-portuários de referência internacional no Atlântico Médio, concorrendo activamente para a inserção competitiva de Cabo Verde na economia global.



Ambiente: garantir a integração e sustentabilidade ambiental das operações como um valor de dignidade corporativa.

Cliente: ter o cliente como o valor primeiro da nossa razão ser.

Inovação: procurar sempre a inovação com vista a uma maior competitividade.

Responsabilidade Social: além do desenvolvimento das nossas actividades económicas, que devem desenrolar-se de forma socialmente equilibrada e em benefício dos cidadãos em geral, procura-se reservar uma atenção especial ao bem público e ao bem-estar e segurança dos nossos colaboradores, contribuindo para a evolução sustentável do país por via da intervenção comunitária, através da promoção de acções de sensibilização da consciência ambiental e cívica.

Rigor: incrementar o nível individual de aperfeiçoamento em todas as execuções e exercícios das actividades portuárias.

Segurança: perspectivar a segurança como um imperativo do sector marítimo e portuário.

Transparência: promover a transparência nos procedimentos com os nossos stakeholders.

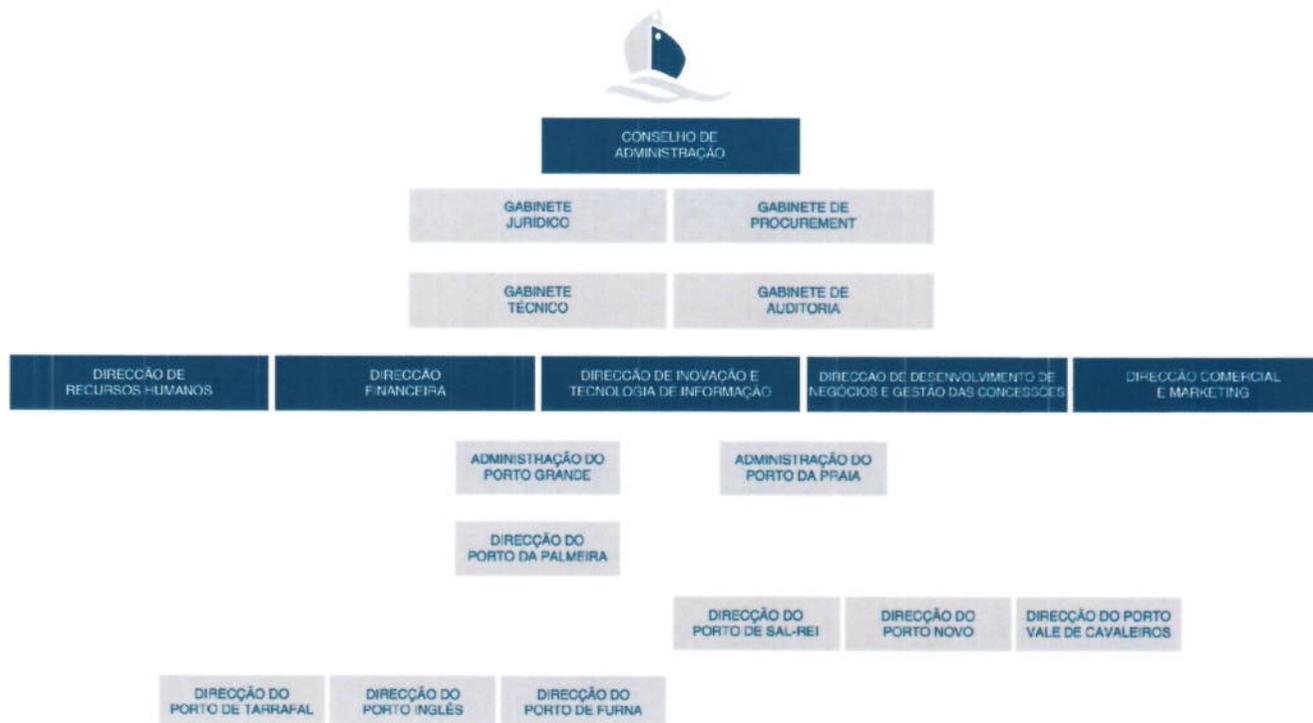


1.5. MODELO DE GESTÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho de Administração adopta para a ENAPOR um modelo de gestão holística, convicto de que a Empresa não deve ser vista como um conjunto de departamentos que executam actividades isoladas, mas, sim, como um corpo único, aberto e em constante interacção, com sentido da “humanização do trabalho”, ambição colectiva, orientado para os resultados e alinhado com a cultura da própria Empresa.

Assim, pretende-se que a estrutura organizacional da ENAPOR seja ágil e capaz de responder prontamente aos desafios actuais.

ORGANOGRAMA:





02

ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

Porto Vale de Cavaleiros
Serviço de Atracação/Desatracação do navio



Em 2020, o mundo entrou na pandemia de covid-19 com desequilíbrios externos persistentes e pré-existentes. A crise causou uma forte queda do comércio e flutuações significativas nas taxas de câmbio, porém, segundo o FMI, houve uma redução limitada dos défices e superávites mundiais em conta corrente. Ainda assim, as perspectivas permanecem altamente incertas, pois ainda pairam no horizonte riscos de novas ondas de contágio, inversão dos fluxos de capital e um novo declínio do comércio internacional.

A recuperação do comércio mundial no último trimestre de 2020 foi desigual e amplamente impulsionada pelo comércio de mercadorias de e para países em desenvolvimento. Segundo dados da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), o sector recuperou entre Outubro e Dezembro. O efeito foi a redução do declínio geral no ano passado para cerca de 9%.

Enquanto as importações e exportações de bens cresceram cerca de 8% no quarto trimestre de 2020, o comércio de serviços estagnou, com as medidas contra a covid-19 a continuarem a afectar sectores como o de viagens. Globalmente, os serviços representam dois terços da produção económica e mais de metade dos postos de

trabalho no mundo.

A UNCTAD prevê que o primeiro trimestre do ano de 2021 tenha uma desaceleração na recuperação do comércio de bens, com uma descida de 1,5% em relação ao quarto trimestre de 2020. Já o comércio de serviços deve cair 7%. A covid-19 também afectou a competitividade dos países nos mercados globais, com algumas economias ganhando participação de mercado em certos sectores e perdendo em outros.

Quanto à performance económica dos EUA, que em 2019 tinha permanecido sólida, contraiu, em 2020, no ritmo mais forte desde a Segunda Guerra Mundial, uma vez que a covid-19 devastou fornecedores de serviços como restaurantes e companhias aéreas. Essa contracção de 3,5% em 2020 equivale ao pior desempenho desde 1946, após o crescimento de 2,2% em 2019, marcando igualmente o primeiro declínio anual do PIB desde a grande recessão de 2007-2009. Quase todos os sectores, com a excepção do governo e do mercado imobiliário, sofreram um declínio da produção no ano passado. A queda de 3,9% dos gastos dos consumidores foi a maior desde 1932.

Apesar de dois trimestres seguidos de expansão, o PIB do Reino Unido encontrava-se, no fim do





ano passado, 7,8% abaixo do nível do quarto trimestre de 2019, em resultado do impacto da pandemia do novo coronavírus durante o primeiro semestre de 2020. Durante todo o ano de 2020, a economia britânica sofreu uma contracção de 9,9%, a maior queda da história.

Segundo as estimativas do Governo, devido à pandemia e, principalmente, em resultado da quebra no turismo, a economia cabo-verdiana registou uma recessão económica histórica de 14% em 2020.

A UNCTAD considera que o comércio marítimo internacional está sob forte pressão. A crise económica e de saúde global desencadeada pela

pandemia alterou o cenário para o transporte marítimo e o comércio e afectou significativamente as perspectivas de crescimento. Assim, a UNCTAD prevê uma queda de 4,1% do comércio marítimo em 2020 devido à perturbação causada pela covid-19, com a provável retoma do sector só ocorrendo em 2021. No relatório Revisão do Transporte Marítimo 2020, a organização afirma que as perspectivas de curto prazo são sombrias, já que novas ondas da pandemia podem causar um declínio ainda mais acentuado. De qualquer modo, a UNCTAD espera um crescimento de 4,8% para 2021.



Journal
[Signature]



O NEGÓCIO E O TRÁFEGO PORTUÁRIO

Porto Grande
Serviço de Bunkering



• **Movimento de Navios**

Comparativamente ao ano de 2019, registou-se uma diminuição da entrada de navios nos portos nacionais, no total de 6438 navios, correspondendo a uma variação negativa 18,1%.

Total de Navios por Portos (Anual)						
PORTOS	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19		Quota de Mercado dos Portos	
	Nº Navios	Nº Navios	Abs.	%	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019
Porto Novo	943	1 336	-393	↓ -29,4%	15%	17%
Porto Grande	2 035	2 797	-762	↓ -27,2%	32%	36%
Porto Tarrafal	408	386	22	↑ 5,7%	6%	5%
Porto da Palmeira	531	586	-55	↓ -9,4%	8%	8%
Porto Sal-Rei	445	424	21	↑ 5,0%	7%	5%
Porto Inglês	229	194	35	↑ 18,0%	4%	3%
Porto da Praia	1 028	1 189	-161	↓ -13,5%	16%	15%
Porto Vale de Cavaleiros	527	622	-95	↓ -15,3%	8%	8%
Porto Fuma	292	330	-38	↓ -11,5%	5%	4%
TOTAL	6 438	7 864	-1 426	↓ -18,1%	100%	100%

Ainda assim, destacaram-se, com mais escalas de navios, o Porto Grande, com 2035 navios, seguido do Porto da Praia, com 1028 navios, e do Porto Novo, com 943 navios.

Document





• **Movimento de Mercadorias**

O movimento de mercadorias no conjunto dos portos de Cabo Verde tem crescido cada vez mais nos últimos anos, contudo essa tendência não se verificou em 2020, registrando-se uma redução considerável apesar dos contributos significativos provenientes do Porto Grande, Porto da Praia e Porto da Palmeira.

Movimento de Mercadorias por Portos (Anual)						
PORTOS	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19		Quota de Mercado dos Portos	
	UNID. TON		Abs.	%	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019
Porto Novo	136 433	127 619	8 814	↑ 6,9%	6%	4,8%
Porto Grande	822 894	968 558	-145 664	↓ -15,0%	38%	36,3%
Porto Tarrafal	29 699	26 627	3 072	↑ 11,5%	1%	1,0%
Porto da Palmeira	216 808	375 733	-158 925	↓ -42,3%	10%	14,1%
Porto Sal-Rei	58 677	97 672	-38 995	↓ -39,9%	3%	3,7%
Porto Inglês	20 464	12 944	7 521	↑ 58,1%	1%	0,5%
Porto da Praia	794 113	968 124	-174 011	↓ -18,0%	37%	36,3%
Porto Vale de Cavaleiros	74 678	71 732	2 946	↑ 4,1%	3%	2,7%
Porto Fuma	19 303	18 245	1 058	↑ 5,8%	1%	0,7%
TOTAL	2 173 069	2 667 254	-494 184	↓ -18,5%	100%	100,0%



O movimento global de mercadorias, incluindo combustíveis movimentados em *pipelines* e *sealines*, atingiu no período em análise 2 173 069 toneladas, registrando um decréscimo de 18,5% face ao mesmo período do ano anterior, o que, em termos absolutos, representa 494 185 toneladas de mercadorias.

Quanto à movimentação de mercadorias por tipo de tráfego, constata-se que, no tráfego de cabotagem, a ENAPOR atingiu a marca de 894 297 toneladas em 2020, ficando aquém do valor alcançado em 2019, quando foi movimentado mais de 1 milhão de toneladas de carga. Assim, na cabotagem, registou-se um decréscimo de 10,8%, enquanto, no longo curso, a diminuição foi de 23,2%.

Movimento de Mercadorias por Tipo de Navegação (Anual)				
NAVIOS	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19	
	UNID. TON		Abs.	%
Longo Curso	1 278 771	1 664 754	-385 983	↓ -23,2%
Cabotagem	894 297	1 002 499	-108 202	↓ -10,8%
TOTAL	2 173 068	2 667 253	-494 185	↓ -18,5%



• **Movimento de Mercadorias - Tráfego de Longo Curso e de Cabotagem**

Em referência ao ano de 2019, o movimento de mercadorias por portos nos navios de longo curso sofreu uma contracção, principalmente devido à redução dessa mesma actividade nos dois principais portos do país.

Movimento de Mercadorias por Portos - Longo Curso						
PORTOS	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19		Quota de Mercado dos Portos	
	UNID. TON		Abs.	%	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019
Porto Novo	10 355	10 849	-494	↓ -4,6%	1%	0,7%
Porto Grande	530 624	635 508	-104 884	↓ -16,5%	41%	38,2%
Porto Tarrafal	5 175	7 324	-2 149	↓ -29,3%	0%	0,4%
Porto da Palmeira	116 790	236 324	-119 534	↓ -50,6%	9%	14,2%
Porto Sai-Rei	21 853	31 245	-9 392	↓ -30,1%	2%	1,9%
Porto Inglês	6 670	0	6 670	↑ 100,0%	1%	0,0%
Porto da Praia	560 716	717 558	-156 842	↓ -21,9%	44%	43,1%
Porto Vale de Cavaleiros	25 696	25 447	249	↑ 1,0%	2%	1,5%
Porto Furna	891	499	392	↑ 78,6%	0%	0,0%
TOTAL	1 278 770	1 664 754	-385 984	↓ -23,2%	100%	100,0%

O movimento geral de mercadorias movimentadas no longo curso durante 2020 atingiu 1 278 770 toneladas, menos 23,2% relativamente a 2019. Destacam-se as principais variações no Porto Grande, Porto da Praia e Porto da Palmeira, com, respectivamente, -16,5%, -50,6% e -21,9%. Inversamente, realça-se o crescimento no Porto Inglês, Porto de Vale de Cavaleiros e Porto da Furna, com, respectivamente, 100%, 1% e 78,6%.

No que diz respeito à movimentação de mercadorias na cabotagem, a oscilação verificada no ano em análise foi menor em relação ao longo curso. Com a movimentação de 1 002 499 toneladas em 2019, a redução para o ano 2020 foi de 10,8%.

Embora se tenha registado um crescimento no tráfego de 5 portos – Porto Novo, Porto do Tarrafal, Porto Inglês, Porto de Vale de Cavaleiros e Porto da Furna –, o decréscimo nos demais 4 portos foi mais acentuado, como se pode aferir no quadro abaixo.



Movimento de Mercadorias por Portos - Cabotagem						
PORTOS	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19		Quota de Mercado dos Portos	
	UNID. TON		Abs.	%	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019
Porto Novo	126 078	116 769	9 309	↑ 8,0%	14%	11,6%
Porto Grande	292 270	333 051	-40 781	↓ -12,2%	33%	33,2%
Porto Tarrafal	24 525	19 303	5 222	↑ 27,1%	3%	1,9%
Porto da Palmeira	100 017	139 409	-39 392	↓ -28,3%	11%	13,9%
Porto Sal-Rei	36 825	66 427	-29 602	↓ -44,6%	4%	6,6%
Porto Inglês	13 794	12 943	851	↑ 6,6%	2%	1,3%
Porto da Praia	233 398	250 566	-17 168	↓ -6,9%	26%	25,0%
Porto Vale de Cavaleiros	48 980	46 284	2 696	↑ 5,8%	5%	4,6%
Porto Fuma	18 411	17 747	664	↑ 3,7%	2%	1,8%
TOTAL	894 298	1 002 499	-108 201	↓ -10,8%	100%	100,0%

• **Movimento de Mercadorias - Tipo de Navio**

Analisando o movimento de mercadorias por tipo de navio em 2020, constata-se que todos apresentaram decréscimos em relação ao ano de 2019, exceção verificada em Diversos, que registou um aumento de 754 toneladas. Nos outros tipos de navio – Carga Geral, Granel Líquido, Contentores e Pesca –, os decréscimos foram, respectivamente, de 6,6%, 24,1%, 28% e 35%.

Movimento de Mercadorias por Tipo de Navio (Anual)				
Grupos de Mercadorias	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19	
	UNID. TON		Abs.	%
Carga Geral	986 264	1 056 121	-69 857	-6,6%
Granel Líquido	575 587	758 430	-182 843	-24,1%
Contentores	580 377	806 546	-226 169	-28,0%
Pesca	29 830	45 901	-16 071	-35,0%
Diversos	1 009	255	754	295,7%
TOTAL	2 173 067	2 667 253	-494 186	-18,5%



• **Movimento de Contentores**

O comércio marítimo internacional está sob forte pressão. A crise económica e de saúde global desencadeada pela pandemia alterou o cenário para o transporte marítimo e o comércio e afectou significativamente as perspectivas de crescimento, culminando numa redução de 30,5% do volume de toneladas movimentadas e de 16% do número de contentores em 2020, com comportamento no tráfego de longo curso e de cabotagem que se observa no quadro seguinte.

Movimento de Contentores por Tipo de Navegação (Anual)								
	Jan-Dez 2020		Jan-Dez 2019		Variação 20/19			
	TON	TEU	TON	TEU	TON		TEU	
					Abs	%	Abs	%
Longo Curso	519 074	65 008	704 027	74 295	-184 953	-26,3%	-9287	-15,5%
Cabotagem	116 530	13 714	210 857	19 421	-94 327	-44,7%	-5707	-29,4%
TOTAL	635 604	78 722	914 884	93 716	-279 280	-30,5%	-14994	-16%



• **Movimento de Cruzeiros**

No ano de 2020, escalaram os portos nacionais 40 navios de cruzeiro, o que representa uma redução de 73,2% no negócio de cruzeiros em comparação com 2019, ano em que os portos de Cabo Verde receberam 149 escalas de navios de cruzeiro. A fraca performance do país neste sector deve-se às medidas de confinamento internacional derivadas da crise de saúde pública – covid-19. As importações e exportações de bens cresceram cerca de 8% no quarto trimestre de 2020, mas o comércio de serviços, como o de viagens, estagnou. Os portos com maior contribuição, neste ano atípico, foram o Porto Grande e o Porto da Praia, com uma quota de mercado, respectivamente, de 50% e 18%.

Total de Navios Cruzeiros por Portos (Anual)						
PORTOS	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19		Quota de Mercado dos Portos	
	Nº Navios	Nº Navios	Abs.	%	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019
Porto Novo	2	19	-17	↓ -89,5%	5%	12,8%
Porto Grande	20	57	-37	↓ -64,9%	50%	38,3%
Porto Tarrfal	1	7	-6	↓ -85,7%	3%	4,7%
Porto da Palmeira	4	14	-10	↓ -71,4%	10%	9,4%
Porto Sal-Rel	2	7	-5	↓ -71,4%	5%	4,7%
Porto Inglês	1	0	1	↑ 100,0%	3%	0,0%
Porto da Praia	7	31	-24	↓ -77,4%	18%	20,8%
Porto Vale de Cavaleiros	3	13	-10	↓ -76,9%	8%	8,7%
Porto Fuma	0	1	-1	↓ -100,0%	0%	0,7%
TOTAL	40	149	-109	↓ -73,2%	100%	100,0%

Handwritten signature in blue ink.



• **Movimento de Passageiros**

Quanto ao movimento de passageiros, em 2019, a ENAPOR atingiu a marca de 1 070 906 passageiros. No entanto, em 2020, esse parâmetro cifrou-se em apenas 758 489 passageiros, o que representa um decréscimo de 29,42%, com os portos de Cabo Verde a receberem menos 312 417 passageiros.

Movimento Passageiros por Portos - Tráfego de Cabotagem (Anual)						
PORTOS	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19		Quota de Mercado dos Portos	
			Abs.	%	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019
Porto Novo	248 325	342 159	-93 834	↓ -27,4%	34%	33,6%
Porto Grande	281 860	369 479	-87 619	↓ -23,7%	38%	36,0%
Porto Tarrafal	31 431	29 705	1 726	↑ 5,8%	4%	2,9%
Porto da Palmeira	25 086	21 924	3 162	↑ 14,4%	3%	2,2%
Porto Sal-Rei	25 923	20 656	5 267	↑ 25,5%	4%	2,0%
Porto Inglês	22 898	40 486	-17 588	↓ -43,4%	3%	4,0%
Porto da Praia	61 283	105 895	-44 612	↓ -42,1%	8%	10,4%
Porto Vale de Cavaleiros	29 131	60 673	-31 542	↓ -52,0%	4%	6,0%
Porto Fuma	13 680	28 403	-14 723	↓ -51,8%	2%	2,8%
TOTAL	739 617	1 019 380	-279 763	↓ -27,4%	100%	100,0%

Assinado



Movimento Passageiros por Portos - Navios de Cruzeiros (Anual)						
PORTOS	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019	Variação 20/19		Quota de Mercado dos Portos	
			Abs.	%	Jan-Dez 2020	Jan - Dez 2019
Porto Novo	302	4 406	-4 104	↓ -93,1%	2%	8,6%
Porto Grande	10 690	27 528	-16 838	↓ -61,2%	57%	53,4%
Porto Tarrafal	322	563	-241	↓ -42,8%	2%	1,1%
Porto da Palmeira	78	1 856	-1 778	↓ -95,8%	0%	3,6%
Porto Sal-Rei	393	325	66	↑ 20,9%	2%	0,6%
Porto Inglês	305	0	305	↑ 100,0%	2%	0,0%
Porto da Praia	6 489	15 534	-9 045	↓ -58,2%	34%	30,1%
Porto Vale de Cavaleiros	293	1 274	-981	↓ -77,0%	2%	2,5%
Porto Fuma	0	40	-40	↓ -100,0%	0%	0,1%
TOTAL	18 872	51 526	-32 654	↓ -63,4%	100%	100,0%
TOTAL	758 489	1 070 906	312 417	-29,2%	-	-

Feita uma análise do tráfego de passageiros por portos, constata-se que, assim como nos demais indicadores, a tendência de decréscimo se manteve, tanto no tráfego de cabotagem – -27,4%, menos 279 763 passageiros – como no de cruzeiros, com -63,4%, menos 32 654 passageiros. No tráfego de cabotagem, o Porto Grande e o Porto Novo são os portos onde se regista um maior número de passageiros, com, respectivamente, 281 860 e 248 325.



• **Movimento de Navios de Pesca**

Registaram-se 296 escalas de pesqueiros no ano de 2020 no Porto Grande, o equivalente a menos 79 navios (-21%) face ao ano anterior.

Navios de Pesca							
	Variação 20/19						
	2016	2017	2018	2019	2020	Qt.	%
Quantidade	273	352	367	375	295	-79	-121%
Transbordo Pescado Tons	116 530	13 714	210 857	19 421	-94 327	-15639	-36%

O transbordo de pescado movimentado em 2020, em consequência do número de escalas, sofreu, conforme se pode inferir do quadro acima, uma evolução bastante desfavorável face ao ano de 2019, o que se traduz por um decréscimo de 36%, o equivalente a menos 15 639 toneladas. Assim, em termos da quantidade global de pescado, registou-se uma movimentação de 27 967 toneladas em 2020, contra as 43 606 toneladas de 2019. Em linha com a redução na tonelagem de pescado manuseada em 2020, movimentaram-se 640 TEU com pescado, quando, no ano anterior, se havia atingido o valor de 927 TEU,.

Registou-se também a movimentação de 18 contentores de 20 pés em 2020, menos 15 comparativamente ao ano anterior, enquanto o número de contentores de 40 pés se cifrou em 311, quando, em 2019, se movimentaram 480, ou seja, menos 169 contentores, o equivalente a uma redução de 35%. Do total de pescado movimentado em 2020, 25 358 toneladas dizem respeito ao transbordo nos cais e 2609 toneladas, ao transbordo ao largo.

Quanto à natureza do pescado movimentado em 2020, cabe referir que se movimentaram 9951 toneladas de pescado congelado e ultracongelado, o que contrasta com as 12 808 toneladas movimentadas em 2019 (-2857 toneladas).

No que tange ao pescado congelado em salmoura, houve também um decréscimo expressivo de 13 108 toneladas, com a movimentação de 18 016 toneladas contra as 31 124 toneladas descarregadas e transbordadas em 2019.

04

**COMERCIAL E
MARKETING**



A pandemia de covid-19 demanda uma série de medidas de contenção da onda de infecções, o que afecta directamente o comércio em geral, devido à restrição da circulação de pessoas e mercadorias, ao encerramento de fronteiras e à suspensão de parte das operações portuárias e aeroportuárias.

4.1. RENDIMENTOS DA ENAPOR 2020

Os rendimentos provenientes das prestações de serviços, no ano de 2020, registaram o montante de 2 768 815 mECV, o que representa um decréscimo de 13,2% (-421 615 mECV), quando comparados com os do ano anterior, em que atingiram o montante de 3 190 430 mECV. Esta redução é consequência da contracção verificada na entrada de navios nos portos nacionais, com uma variação homóloga negativa na ordem dos 18,1%, e na movimentação de mercadorias, com uma quebra de 18,5 pontos percentuais em relação a 2019, com reflexos directos nos rendimentos desta rubrica, que diminuíram 12,1%, ou seja, de 2 444 269 mECV em 2019 para 2 149 418 mECV em 2020.

É de notar que, fruto de novos contratos firmados em 2020, a rubrica Rendimentos em Investimentos Não Financeiros apresentou um aumento de 8,6% em relação a 2019, cifrando-se nos 99 251 mECV, o que, traduzido em termos absolutos, representa 7819 mECV.

Análise da Situação de Dívida dos Clientes

Perante os resultados obtidos durante todo o ano de 2020, a conjuntura de dívida dos clientes tende a aumentar paulatinamente, cifrando-se o valor da dívida total em **672 719 mECV**, o que representa um aumento de 4% em relação a 2019, quando a carteira de clientes registava o montante de **649 220 mECV**.

Quanto ao valor da dívida vencida, superior a 30 (trinta) dias, de **402 573 mECV**, registou-se uma ligeira diminuição de 1%, quando comparado com o período homólogo de 2019. A Direcção Comercial e de Marketing tem vindo a fazer uma gestão diária e eficiente, visando a nova abordagem estratégica e comercial, à qual se deverá dar continuidade em 2021. O sector público é o maior responsável pela dívida total dos clientes da ENAPOR, apresentando-se, na sua maioria, com uma antiguidade elevada, ultrapassando os 45 (quarenta e cinco) dias.



4.2. ACÇÕES DE MARKETING

No âmbito do Plano Comercial e de Marketing, no que se refere à área de Marketing e Imagem, durante o ano de 2020, houve dificuldades na realização de algumas actividades, tendo em conta o momento de pandemia de covid-19, o que dificultou uma melhor performance corporativa. As acções de Marketing e Imagem encontram-se divididas em três principais áreas, a saber:

- Acções de Marketing Interno ou Endomarketing;
- Acções de Marketing e de Reforço da Imagem a Nível Nacional e Internacional;
- Marketing Social (patrocínios).

Acções de Marketing Interno ou Endomarketing

O público interno é um dos factores de sucesso das empresas e necessita de ser motivado e envolvido de modo a que a mensagem que se transmita sobre a Empresa seja sempre positiva, visto que é o maior veículo de promoção. Em 2020, não foi possível realizar a maioria das acções direccionadas para o público interno. No entanto, destaca-se o processo de oferta de brindes e merchandising aos colaboradores.

- Processo de Oferta de Brindes e Merchandising – procedeu-se ao desenvolvimento do Kit Colaborador, pensando no conforto e segurança dos colaboradores da ENAPOR.



Handwritten signature in blue ink



- **Calendário de Marketing e Actividades Associadas**

Uma das acções levadas a cabo, para uma melhor orientação/organização, diz respeito à contínua actualização do Calendário de Marketing, com datas relevantes a serem assinaladas. Trata-se também de um meio de dinamização das redes sociais da ENAPOR.

Exemplos de datas assinaladas:

- **Dia Internacional da Mulher**

Ao longo dos anos, o Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de Março, tem sido assinalado na ENAPOR com diversas actividades em todos os portos, como forma de homenagear as mulheres portuárias pela sua importância no impulsionamento do negócio. Em 2020, numa perspectiva de promover o constante bem-estar dos colaboradores no seu local de trabalho, realizou-se uma palestra sobre o tema Nutrição e Ginástica no Trabalho e uma caminhada entre a cidade do Mindelo e a Baía das Gatas.



- Dia da Mulher Cabo-Verdiana | 27 de Março • Dia do Pai • Páscoa • Dia do Trabalhador • Dia da Mãe
- Dia do Enfermeiro • Dia da Família

Handwritten signature in blue ink



- **Remodelação do Serviço Comercial do Porto Grande (Acessibilidade/Decoração)**

De acordo com a imagem corporativa da Empresa, o novo espaço caracteriza-se por um layout limpo e amplo, reunindo todas as condições de conforto e bem-estar para os nossos colaboradores e clientes.



Acções de Marketing e de Reforço da Imagem a Nível Nacional e Internacional

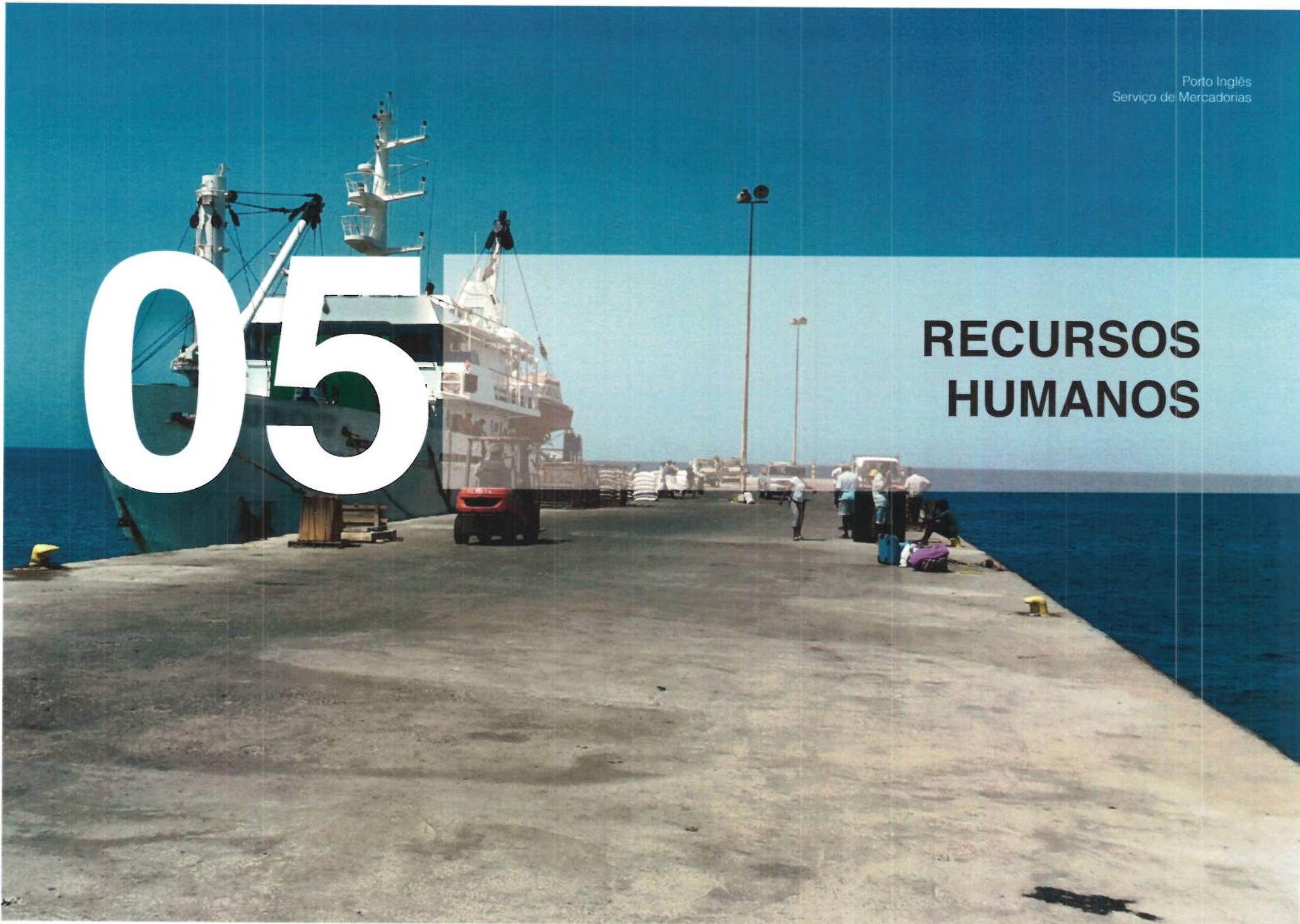
Um dos grandes objectivos da ENAPOR é o reforço do relacionamento com as comunidades locais espalhadas por todo o país. O envolvimento das comunidades nas diversas iniciativas levadas a cabo pela Empresa tem um impacto directo no desenvolvimento das relações de confiança e na solidificação do relacionamento com os clientes, utilizadores e público em geral.

Por outro lado, a internacionalização das actividades empresariais constitui, na actualidade, um dos principais pilares das orientações da política económica, sendo-lhe reconhecida o estatuto de factor de competitividade, para além de ser considerada uma exigência, como forma de consolidar posições em mercados altamente competitivos.

Assinatura
[Assinatura]

05

RECURSOS HUMANOS





4.2. RECURSOS HUMANOS

Caracterização do Efectivo

A composição do quadro de pessoal ao serviço, seja a nível de quadros ou de mão-de-obra portuária, a 31 de Dezembro de 2020, totalizava 966 colaboradores, sendo 482 da estrutura de quadros e 484 dos serviços de mão-de-obra portuária, o que demonstra um equilíbrio em termos da sua distribuição.

Estágios

A ENAPOR disponibilizou, desde 2019, um total de 125 (cento e vinte e cinco) vagas para estágios nas diversas áreas e em todas as estruturas da Empresa. Em 2019, foram concedidas 51 (cinquenta e uma) vagas para estágios e, em 2020, concederam-se mais 52 (cinquenta e duas) novas vagas, cuja distribuição se observa no quadro seguinte.

Estágios Profissionais		
Estrutura	2019	2020
Administração Central	10	12
Administração do Porto Grande	20	24
Administração do Porto da Praia	18	13
Direcção do Porto Novo	1	1
Direcção do Porto da Palmeira	2	1
Direcção do Porto Sal-Rei	0	1
SUB-TOTAL	51	52
TOTAL	103	

Até ao momento, já foram disponibilizadas 103 (cento e três) vagas para estágios profissionais, ficando um remanescente de 21 (vinte e uma) vagas por preencher.

Para além das vagas para estágios profissionais, ainda dentro da política de contribuição para o desenvolvimento dos quadros jovens em formação e recém-formados, foram concedidas vagas para estágios curriculares, porém em menor número, tendo em conta as limitações provocadas pela situação de pandemia, nomeadamente quanto à garantia das regras de distanciamento exigidas.

Resumo
[Handwritten signature]



Formação e Capacitação

No que concerne ao processo de gestão da formação e capacitação dos colaboradores, como prática vigente na Empresa, a Direcção de Recursos Humanos previu um plano ambicioso de formação e capacitação a todos os níveis, porém, face à situação de pandemia, esse plano foi fortemente impactado no seu processo de implementação e execução, tendo sido adiado de forma sistemática.

O referido plano visava alinhar o processo de capacitação com as linhas de orientação estratégicas emanadas pelo Conselho de Administração no início do ano.

Entretanto, a pandemia obrigou ao adiamento da implementação do plano, tendo o mesmo sido agendado para o 2.º semestre de 2020. Todavia, as restrições mantiveram-se, face ao agravar da situação, pelo que houve a necessidade de elaboração e implementação de um plano revisto com o intuito de minimizar a situação e manter o processo contínuo de capacitação dos colaboradores.

Assim, em meados de Julho, a pedido do Conselho de Administração, foi reavaliado o plano no seu todo e propostos determinados ajustes, conforme se observa no quadro seguinte.

PLANO DE FORMAÇÃO ENAPOR - 2º SEMESTRE/ ANO 2020																	
Nº	AÇÕES DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	2020												CUSTO mCVE	Nº PARTICIPANTES	
			Jan	Fev	Mar	Abr	Ma	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Ação 1	Comunicação Oral e Escrita	50														400	25
Ação 2	Excel Avançado e Outlook	60														300	25
Ação 3	Gestão Portuária Básica (III Curso)	160														350	25
Ação 4	Saúde e Segurança no Trabalho	40														300	25
Ação 5	JUP e Exact	70														300	25
Ação 6	Contratação Pública e Execução dos Contratos (ARAP)	40														400	20
Ação 7	Possíveis Formações Extraplanos	-														450	50
TOTAL AÇÕES		420														2500	195

João Manuel

[Handwritten signature]



O custo estimado para a realização das acções definidas no plano revisto foi de 2500 mECV. As acções planeadas foram todas realizadas, entre Agosto e Novembro de 2020, o que equivale a uma taxa de execução de 100%. Em termos de custos, tendo em conta não haver necessidade de deslocação dos formadores e formandos, conseguiu-se cumprir o plano com um gasto inferior ao planeado, ou seja, gastou-se um total de 1190 mECV.

Ao todo, realizaram-se 7 (sete) acções classificadas como essenciais, cujo total de participantes ascendeu a 96 colaboradores, e com uma carga horária total de 228 horas de formação, números aquém do que tem sido o histórico da Empresa.

Para além das acções planeadas, foram realizadas ao longo do ano formações extra, ou seja, acções que surgem englobadas num projecto ou num processo de upgrade e que acabam por exigir a disponibilidade da área de Recursos Humanos.

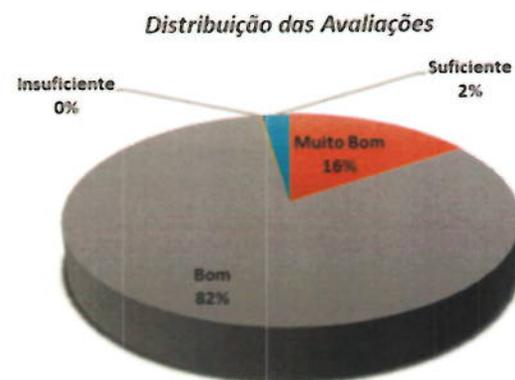




Avaliação de Desempenho

Relativamente à avaliação de desempenho, o processo decorreu dentro dos prazos definidos, tendo sido realizada a avaliação intercalar em Junho e a avaliação final do ciclo em finais de Novembro, tendo-se obtido os resultados que se apresentam infra.

Estrutura		Total Aval.	Total Fichas
Porto da Praia	APP	156	156
Porto Grande	APG	155	158
Administração Central	AC	48	48
Porto da Palmeira	DPP	35	35
Porto Novo	DPN	18	18
Porto de Vale de Cavaleiros	DPVC	13	13
Porto de Sal-Rei	DPS	10	10
Porto Inglês	DPI	10	10
Porto do Tarrafal	DPT	9	9
Porto de Fuma	DPF	7	7
TOTAL		461	464



- 99,9% de taxa de realização das avaliações;
- 82% das avaliações classificadas com Bom (377);
- 16% foram classificadas com Muito Bom (72);
- 2% (11) com uma avaliação de Suficiente; e
- 1 avaliação com classificação de Insuficiente.

Interim



06

DIRECÇÃO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO



As actividades da Direcção de Inovação e Tecnologias de Informação (DITI) para o ano de 2020 tiveram como principal objectivo a continuação do processo de digitalização dos portos, focando-se na eficiência e inovação dos sistemas.

6.1. INOVAÇÃO E APLICAÇÕES DE NEGÓCIOS

Dentro do domínio de inovação e aplicações de negócios, houve a necessidade de efectuar melhorias no sistema de telecontagem, para lá da implementação do artigo referente ao fornecimento de energia a contentores (ponto 3, artigo 35.º).

No que tange às melhorias efectuadas na JUP II, destaca-se aquela relativa ao ecrã de atendimento comercial, derivada da alteração na forma como se cobram os custos de descarga/carga do navio, uma vez que tais despesas passaram a ser cobradas aos armadores.

No que se refere à gestão de pequenas encomendas, por causa da situação de pandemia que se vive, a ENAPOR, em coordenação com a Casa do Cidadão, está a implementar o agendamento online para o levantamento de pequenas encomendas.

Entre as plataformas web desenvolvidas pela DITI, note-se que a Plataforma de Avaliação de Desempenho se mostrou de grande relevância para a organização do processo, no sentido do cumprimento do Regulamento Interno, embora se continue a trabalhar para o seu aperfeiçoamento. Outra plataforma desenvolvida foi a de Gestão do Parque de Contentores, que foi implementada em pleno no Porto Grande. Com o intuito de melhorar o serviço de estiva dos portos de Cabo Verde, desenvolveu-se a Plataforma de Estiva Electrónica, disponibilizando uma ferramenta de trabalho que permita ao próprio corpo de estiva (chefias e restantes trabalhadores) ter informação dos navios programados para movimentação de mercadorias, bem como informação dos navios onde cada colaborador irá trabalhar, mas também o intervalo de horas em que este trabalho poderá ser executado, informações sempre actualizadas em tempo real, numa única ferramenta de trabalho de fácil consulta e rápido acesso.



6.2. INFRA-ESTRUTURA E COMUNICAÇÕES

Do ano de 2020, destacam-se acções direccionadas à melhoria da performance e segurança da infra-estrutura da rede de dados e comunicações e dos vários serviços corporativos da ENAPOR:

a. Gestão da Infra-Estrutura de Comunicações e Serviços

Neste particular, a actuação tem sido no sentido de imprimir maior eficiência e eficácia aos sistemas implementados, garantindo a sua operacionalidade e disponibilidade. Com os meios disponíveis em termos de recursos humanos e de ferramentas informáticas, realizaram-se acções necessárias de monitorização e de manutenção preventiva e correctiva da infra-estrutura da rede de dados, voz e de comunicação e dos serviços corporativos.

b. Reestruturação da Cablagem no Porto Grande e no Porto da Praia

Com o objectivo de estabilizar o funcionamento da infra-estrutura da rede de dados no Porto Grande e no Porto da Praia, em 2020, deu-se continuidade ao projecto de reestruturação da cablagem, com a adjudicação, contratação e execução da proposta vencedora do respectivo concurso. Na reestruturação da cablagem nos dois principais portos, o objectivo essencial previa a revisão de toda a cablagem e a substituição dos cabos mais antigos por cablagem Cat 6E, preferencialmente isolada contra interferências. Contudo, visava-se também a certificação de toda a cablagem estruturada, quer a de cobre, quer a de fibra, o aumento dos pontos de rede de modo a evitar a colocação de pequenos switches, e ainda a instalação de dois UPS de 15 kVA no Porto da Praia.

c. Upgrade do Sistema de CCTV

No final do ano de 2020, procedeu-se à execução do projecto de modernização do sistema de CCTV no Porto Grande e no Porto da Praia, o qual trará várias vantagens para a ENAPOR, nomeadamente:

- a monitorização remota das instalações e a gravação de imagens em alta definição, em segurança, na cloud da Unitel T+, permitindo uma visualização mais detalhada dos espaços e objectos;
- a redução da necessidade de contratação de segurança física das instalações, permitindo a redução de custos com segurança;
- a visualização das câmaras de todos os portos através de um sistema centralizado por meio de computador, tablet ou telemóvel;
- a visualização nocturna, até um máximo de 150 metros, utilizando infra-vermelhos; e
- a instalação de equipamentos robustos adaptados ao ambiente marítimo e recomendados para locais de alta corrosão.





6.3. INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E *BUSINESS INTELLIGENCE*

Dando continuidade ao projecto de business intelligence, com a transformação de dados em conhecimento, e com vista a aumentar a produtividade, flexibilidade e adaptabilidade dos processos de negócio, finalizou-se o projecto de correcção de dados inseridos na JUP – Janela Única Portuária.

Disponibilizaram-se dois dashboards para a Direcção Financeira: um, através do software Qlik Sense, com dados contabilísticos e indicadores financeiros; e outro através do Microsoft Power BI, com dados de contabilidade analítica relativos a todos os portos, dos anos de 2017 a 2019.

Iniciaram-se e finalizaram-se a 1.ª e 2.ª etapas do projecto de criação do dashboard ENAPOR Controller, que realiza o controlo de toda a movimentação de carga, passageiros e navios da Empresa.



Serviço de Pilotagem

07

GESTÃO DAS CONCESSÕES





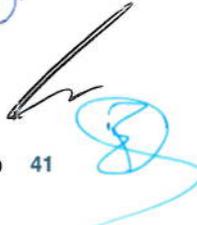
Ao longo do ano de 2020, a monitorização das concessões fez-se com base nos termos e prazos contratuais, segundo os quais as concessionárias e subconcessionárias, na sua generalidade, procuraram cumprir os seus deveres de informação ao (sub)concedente.

Perante os constrangimentos identificados ainda em 2020, auguramos que 2021 venha a ser menos paralisante, podendo mesmo ser o ano em que se almejem ganhos qualitativos para a Direcção de Desenvolvimento de Negócios e Gestão das Concessões (DNGC) na monitorização das concessões, subconcessões e licenças, com a absorção e introdução das tecnologias de monitorização suportadas em aplicativos informáticos já em processo de concepção e desenvolvimento pela Direcção de Inovação e Tecnologias de Informação.

Em 2020, as actividades mais relevantes, que importa destacar neste sumário, foram:

- (i) desencadeamento do processo de regularização do contrato de concessão do Terminal Petrolífero da ENACOL na zona DPME da bacia do Porto Grande;
- (ii) celebração do contrato de subconcessão com a ENACOL do terreno portuário do Porto de Sal-Rei, na Boa Vista, onde estão instalados os depósitos de combustível, renovando, assim, o antigo contrato com a sua adequação ao novo quadro legal e institucional vigente;
- (iii) regularização da ocupação de um terreno portuário em Sal-Rei com a celebração de um contrato de subconcessão com a petrolífera Vivo Energy;
- (iv) renovação do contrato com a Cimpor com a sua adequação ao novo quadro legal e institucional, com a atribuição de um título de direito portuário de uso privativo de gestão e exploração das instalações industriais no Porto da Praia;
- (v) conclusão do processo de subconcessão do Complexo de Pesca do Porto da Praia, cujo título de direito portuário atribuído à Cape Verde Ocean permitiu a realização de alguns investimentos, bem como a elaboração e execução dos seus planos de organização, gestão e exploração do complexo; são visíveis os ganhos sociais e de imagem conseguidos no Cais de Pesca com a experiência de gestão privada em curso;

*Diário
Comercial*





(i) iniciativas de projectos direccionados para infra-estruturas de apoio à náutica de recreio, designadamente as marinas do Porto Inglês, da ONAVE, do Porto da Palmeira, de Sal-Rei e do Tarrafal de S. Nicolau; a pandemia de covid-19, e as incertezas por ela geradas, condicionou o ritmo desses projectos, cujo status, hoje, se dirá em stand-by, a nosso ver, compreensível, aguardando-se melhores dias, segundo indicações dos promotores dos respectivos empreendimentos;

(ii) arranque das obras do Floating Music Hub do Mindelo – empreendimento da ADS Cabo Verde – e conclusão até ao final de 2020; o título de direito portuário de construção, uso e exploração foi atribuído à sociedade ADS Cabo Verde;

(iii) licitação de espaços e domínios portuários em editais, designadamente para as marinas da ONAVE, em São Vicente, do Porto da Palmeira, do Porto de Sal-Rei e do Porto do Tarrafal de São Nicolau, bem como a licitação para instalação de lojas francas nos portos de trânsito internacional de passageiros; ainda, no Porto de Sal-Rei, publicação de um edital visando licitar um espaço de snack-bar/restauração na Gare de Passageiros remodelada;

(iv) preparação da minuta de licença para a exploração de lojas francas; entretanto, a Flemingo, parceira interessada no negócio, veio a evocar as razões da pandemia de covid-19 para protelar a prossecução do projecto para quando houver alguma normalidade, provavelmente com a retoma dos navios de cruzeiro;

(v) elaboração da primeira versão dos documentos-base de concursos, envolvendo, como habitualmente, muitas horas de trabalho conjunto com o Gabinete de Procurement;

(vi) elaboração de propostas de regulamentos, destacando-se o Regulamento de Tarifas para as Áreas Dominiais, tendo a DNGC também colaborado no Regulamento de Poitas para as Bacias Portuárias; e

(vii) elaboração de várias minutas de contratos e de licenças de uso privativo, incluindo adendas, e socialização em draft com os parceiros de negócio.

*Diogo
Chaves*

[Handwritten signature]

08

GESTÃO DA SEGURANÇA, PROTECÇÃO E AMBIENTE





Projecto do Novo Sistema de CCTV no Porto Grande e no Porto da Praia

Conjuntamente com os departamentos de Segurança e Ambiente do Porto Grande e do Porto da Praia, procedeu-se ao acompanhamento e fiscalização dos trabalhos do projecto do novo sistema de CCTV no Porto Grande e no Porto da Praia, que passaram a contar com um total de, respectivamente, 28 (vinte e oito) e 39 (trinta e nove) câmaras internas e externas). O referido projecto encontra-se na sua fase final, com término previsto durante o primeiro trimestre de 2021.

Protecção Ambiental – Desencalhe do Navio “Deimos”

A nível do ambiente, a ENAPOR fez o acompanhamento de todo o processo de desencalhe do navio “Deimos”, de registo do Panamá, varado à entrada do Porto de Vale de Cavaleiros no dia 13 de Novembro de 2020. O início dos trabalhos deu-se com a remoção do combustível do navio, da carga e de outros pertences, operação que ficou concluída em finais de Dezembro. Do total da descarga, contabilizam-se cerca de 110 mil m3 de combustível e 1370 toneladas de carga (cimento, ferro, azulejos e outras matérias de construção que eram destinados ao Porto do Tarrafal de São Nicolau).

PANDEMIA DE COVID-19

Em Março de 2020 foi declarada a situação da pandemia da covid-19 a nível mundial. No país e na Empresa, a situação pandémica ainda permanece como uma das prioridades nos domínios de prevenção e combate. Perante o contexto pandémico, os portos, um dos sectores de actividade que se revelou resiliente face à pandemia, estiveram sempre activos, permitindo que a circulação de pessoas e bens se mantivesse de forma eficiente.

A Empresa trabalhou um pacote de normativos para a situação epidemiológica – covid-19, que se iniciou com o Plano Nacional de Contingência – Covid-19, no âmbito do qual a ENAPOR foi uma das primeiras empresas do país a comunicarem e divulgarem o seu plano individual. Desse pacote de normativos para a situação epidemiológica, constam:





1. o Plano Nacional de Contingência para a Prevenção e Controlo da Covid-19;
2. o Guia de Protecção dos Colaboradores Contra a Covid-19;
3. o Plano e Guia Sanitários das Gares Marítimas;
4. o Protocolo de Procedimentos para vigorar oficialmente durante o estado de emergência, especialmente nos navios em reparação naval na CABNAVE e nos navios que escalam o Porto Grande para troca de tripulantes;
5. o Guia dos Portos para vigorar durante o estado de emergência;
6. o levantamento, análise e tratamento de meios humanos e materiais da ENAPOR por ilha/porto, constituindo uma base de dados necessária para dar resposta às necessidades de implementação das normas da covid-19 durante o estado de emergência.

Para a ENAPOR, a saúde e o bem-estar dos trabalhadores portuários constituem uma prioridade. Visando esse objectivo, foi produzida uma ordem de serviço na qual foi publicado o Guia de Protecção dos Colaboradores Contra a Covid-19, que entrou em vigor na data da sua publicação.

Ainda, com referência à Lei n.º 102/IX/2020, trabalhou-se no design de sinais sobre medidas de utilização obrigatória de máscaras faciais em todos os espaços públicos das infra-estruturas portuárias, em todos os portos.

Três
Assinado



09

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA





Resultados do Exercício

A evolução dos resultados líquidos está directamente ligada ao volume de negócios, cuja variação depende do comportamento do tráfego portuário.

O ano de 2020 caracterizou-se pela vivência de momentos conturbados devido à propagação do novo coronavírus – SARS-CoV-2, que resultou num surto da doença covid-19, declarada como pandemia a 11 de Março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e que veio a colidir com o contexto outrora estável, interrompendo, assim, a dinâmica que se vinha registando. A doença covid-19 conduziu a economia global para níveis de risco e de incerteza muito elevados, com grande impacto na navegação global, afectando todos os sectores da navegação e com reflexos na actividade portuária.

Neste contexto, os movimentos portuários dos portos de Cabo Verde não fugiram à regra, como se pode aferir pelos resultados apresentados. O volume de negócios da Empresa decresceu 13,2% em 2020 (2 768 815 mECV), -421 606 mECV do que 2019 (3 190 421 mECV), o que se reflecte numa variação bastante acentuada dos resultados líquidos do exercício (-284 960 mECV), travando, assim, a dinâmica de crescimento e de consolidação económica e financeira que a Empresa vinha patenteando nos últimos três anos. O resultado operacional registou um decréscimo de 61,8% face a 2019, contribuindo assim para a redução dos resultados antes de impostos. É de registar o acréscimo verificado nos resultados financeiros. Após a incidência da carga fiscal, no valor de 48 758 mECV, o resultado líquido cifrou-se em 157 995 mECV, registando um decréscimo de 64,3% face ao ano de 2019. Este resultado ficou muito aquém do patamar dos resultados obtidos nos últimos anos.






Demonstração de Resultados	2020	2019	Variação 20/19		2018
			Absoluta	%	
Prestações de Serviços	2 768 815	3 190 421	-421 606	-13,2%	3 201 038
Outros Rendimentos	115 237	123 271	-8 034	-6,5%	95 539
Gastos MV e Matérias Consumidas	102 638	105 863	-3 225	-3,0%	80 905
Fornecimentos e Serviços Externos	405 766	495 093	-89 327	-18,0%	496 498
Gastos com o Pessoal	1 547 125	1 588 077	-40 952	-2,6%	1 519 916
Outros Gastos Operacionais	18 057	43 251	-25 194	-58,3%	67 771
EBITDA	707 073	1 078 770	-371 697	-34,5%	1 068 248
Margem EBITDA	25%	33%		-8,0%	32%
Depreciações	466 344	449 260	17 084	3,8%	412 625
Ajustamentos de Inventários	11 545	0	11 545	-	11 035
Provisões e Imparidades	91 848	2 638	89 210	3381,7%	48 903
Resultado Operacional (EBIT)	240 729	629 510	-388 781	-61,8%	655 623
Margem EBIT	8%	19%		-10,7%	20%
Resultado Financeiro	-33 976	-47 828	13 852	29,0%	-29 072
Resultado Antes de Impostos	206 753	581 682	-374 929	-64,5%	626 551
Imposto Sobre o Rendimento	48 758	138 727	-89 969	-64,9%	176 181
RESULTADO LÍQUIDO	157 995	442 955	-284 960	-64,3%	450 370

Rendimentos Operacionais

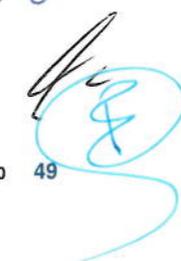
Os rendimentos operacionais no exercício de 2020 registaram um decréscimo de 448 449 mECV (-13,4%) face aos valores obtidos no ano de 2019, atingindo o montante total de 2 887 252 mECV. Da análise ao quadro que se segue, constata-se que os rendimentos provenientes das prestações de serviços continuam a representar um peso importante na estrutura da componente operacional, registando um decréscimo de 13,2% (-421 615 mECV) face a 2019. Pese embora o registo de um aumento de 8,6% na sub-rubrica Rendimentos em Investimentos Não Financeiros, a rubrica Outros Rendimentos patenteia um decrescimento de 6,5% (-8034 mECV), fruto da redução registada na sub-rubrica Outros Rendimentos Gerais.

Trabalho

[Handwritten signature]

A Empresa registou uma diminuição de 18,5% (-494 184 toneladas) na movimentação de mercadorias, com reflexos directos nos rendimentos desta rubrica, que diminuíram 12,1%. Em relação ao número de navios que escalaram os portos nacionais, houve um decréscimo de 18,1% (-1426 navios), tendência acompanhada pelos rendimentos da sub-rubrica Serviços Prestados ao Navio, que também decresceram 23,4%. Com evolução semelhante, a Empresa registou diminuições nas sub-rubricas Aluguer de Equipamentos Portuários, Outras Prestações de Serviços e Serviços Secundários.

Rendimentos Operacionais	2020	2019	Variação 20/19		2018
			Absoluta	%	
Prestações de Serviços	2 768 815	3 190 430	-421 615	-13,2%	3 210 576
Movimentação de Mercadorias	2 149 418	2 444 269	-294 851	-12,1%	2 506 574
Aluguer de Equipamentos Portuários	188 283	200 447	-12 164	-6,1%	156 963
Serviços Prestados ao Navio	254 689	332 602	-77 913	-23,4%	334 658
Outras Prestações de Serviços	10 540	14 921	-4 381	-29,4%	13 732
Serviços Secundários	165 885	198 191	-32 306	-16,3%	189 111
Reversões	3 200	22 000	-18 800	-85,5%	9 538
Outros Rendimentos	115 237	123 271	-8 034	-6,5%	92 238
Rendimentos em Investimentos					
Não Financeiros	99 251	91 432	7 819	8,6%	64 717
Outros Rendimentos Gerais	15 986	31 839	-15 853	-49,8%	27 521
Rendimentos Operacionais	2 887 252	3 335 701	-448 449	-13,4%	3 312 352



Gastos Operacionais

Os gastos operacionais, no exercício de 2020, atingiram o montante de 2 176 979 mECV, reflectindo um decréscimo de 2,6% (-57 943 mECV) comparativamente com o exercício anterior.

Destacam-se as reduções patenteadas nos gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas (-3%) e nos gastos com o pessoal (-2,6%), como consequência da redução das remunerações do serviço de estiva, relacionada directamente com a diminuição do tráfego portuário. Registe-se o aumento nas provisões e imparidades (+89 210 mECV) como corolário da adopção do critério fiscal no apuramento das imparidades de clientes, bem como as reduções nas rubricas Outros Gastos Operacionais (-58%) e Fornecimentos e Serviços Externos (-18%). O quadro abaixo evidencia o comportamento das principais sub-rubricas que compõem os fornecimentos e serviços externos.

Designação	2020	2019	Variação 19/18		2018
			Absoluta	%	
Água	27 061	23 529	3 532	15,0%	23 529
Electricidade	93 975	116 600	-22 625	-19,4%	86 011
Combustíveis e Outros Fluidos	6 814	9 548	-2 734	-28,6%	16 822
Conservação e Reparação	29 151	37 708	-8 557	-22,7%	56 555
Material de Escritório	4 907	4 511	396	8,8%	6 998
Publicidade e Propaganda	3 977	15 780	-11 803	-74,8%	23 095
Limpeza, Higiene e Conforto	24 911	24 709	202	0,8%	24 414
Rendas e Alugueres	3 608	2 191	1 417	64,7%	2 900
Despesas de Representação	74	269	-195	-72,5%	369
Comunicação	15 102	17 098	-1 996	-11,7%	14 301
Seguros	22 269	22 506	-237	-1,1%	21 700
Vigilância e Segurança	77 739	82 666	-4 927	-6,0%	80 955
<i>Royalties</i>	14 123	10 642	3 481	32,7%	12 911
Honorários/Consultoria	35 259	49 798	-14 539	-29,2%	29 030
Transporte de Pessoal	23 283	23 714	-431	-1,8%	23 626
Deslocações e Estadias	6 946	24 079	-17 133	-71,2%	26 656
Serviços Bancários	3 592	7 065	-3 473	-49,2%	5 030
Outros	12 975	22 680	-9 705	-42,8%	36 668
Gastos com FSE	405 766	495 093	-89 327	-18,0%	491 570

Assinado



Os gastos com o pessoal registaram, no exercício de 2020, um decréscimo de 2,6% (-40 952 mECV) face ao ano de 2019, tendo contribuído para tal as reduções assinaladas nas remunerações do pessoal, encargos sobre remunerações, formação profissional e festividades da Empresa, tal como se segue:

- Remunerações do Pessoal – decréscimo de 8,4% (-91 836 mECV), destacando-se a redução verificada nas remunerações do pessoal de estiva;
- Encargos Sobre Remunerações – com -9793 mECV, que estão directamente associados ao decrescimento nas remunerações adicionais com o corpo de estiva, como reflexo, essencialmente, da já referida redução na movimentação de mercadorias; e
- Formação Profissional – redução de 82,2% relacionada com o não cumprimento do plano de formações, como consequência da crise do novo coronavírus.

Designação	2020	2019	Variação 19/18		2018
			Absoluta	%	
Remunerações dos Órgãos Sociais	11 191	9 327	1 864	20,0%	12 390
Remunerações do Pessoal	998 566	1 090 402	-91 836	-8,4%	1 038 542
Remunerações Adicionais	274 405	266 249	8 156	3,1%	248 839
Benefícios Pós-Emprego	51 221	0	51 221	0,0%	0
Indemnizações ao Pessoal	13	85	-72	-84,7%	176
Encargos Sobre Remunerações	190 270	200 009	-9 739	-4,9%	189 456
SOAT	4 174	4 423	-249	-5,6%	4 336
Formação Profissional	1 163	6 524	-5 361	-82,2%	4 127
Ação Médico-Medicamentosa	1 942	522	1 420	272,0%	3 452
Festividades da Empresa	2 212	8 135	-5 923	-72,8%	8 224
Outros Gastos com o Pessoal	11 968	2 401	9 567	398,5%	10 375
Gastos com o Pessoal	1 547 125	1 588 077	-40 952	-2,6%	1 519 917

Procurador

[Handwritten signature]



Na sequência da política de ajustamento/renovação do quadro de pessoal começada em 2017, no exercício económico de 2020, a Empresa deu início a mais um programa de pré-reforma e à admissão de novos técnicos. A 31 de Dezembro, o número de efectivos era de 940 (em 2019, era de 921), sendo 488 de pessoal administrativo e 452 de trabalhadores portuários. No entanto, para os gastos com as remunerações de estiva concorrem os montantes pagos aos trabalhadores portuários ocasionais, que em 2020 foram cerca de 391.

Neste exercício, verificou-se um aumento nos gastos com depreciações e amortizações em 3,8%, resultado da aquisição de novos activos, nomeadamente equipamentos portuários para a renovação do parque de equipamentos.

É de notar que os gastos com o pessoal, os fornecimentos e serviços externos e as depreciações e amortizações são as rubricas com maior peso na estrutura dos gastos operacionais da Empresa, representando, respectivamente, 59%, 15% e 18%. Conjuntamente, estas três rubricas absorveram 84% dos rendimentos operacionais obtidos pela ENAPOR no exercício em análise, enquanto em 2019 essa percentagem era de 76%. Esta variação justifica-se pelo decréscimo dos rendimentos operacionais, bem como dos gastos com o pessoal, e ainda pelo aumento das depreciações registado neste exercício.

Ganhos e Perdas Financeiros

Os resultados de natureza financeira registaram um aumento de 29% (+13 852 mECV), quando comparados com os resultados de 2019. É de registar a variação positiva nos ganhos financeiros, que revela um acréscimo de 7617 mECV (+89,4%), com particular destaque para a rubrica Juros Obtidos (-73,1%), resultante da alteração das taxas de juro aplicadas nos dois depósitos a prazo no exercício de 2020 e das diferenças de câmbio dos financiamentos, que, no exercício em análise, foram favoráveis. As perdas financeiras traduzem uma melhoria de 11,1% (-6234 mECV), reflectida num acréscimo dos juros de financiamento de projectos e obras (+8%) e na inexistência de diferenças cambiais desfavoráveis e de outras perdas financeiras, o que contribuiu significativamente para a variação inscrita nos resultados financeiros.




Designação	2020	2019	Variação 19/18		2018
			Absoluta	%	
GANHOS FINANCEIROS	16 146	8 528	7 618	89,3%	23 947
Juros Obtidos	2 103	7 825	-5 722	-73,1%	13 696
Juros Financiamento Pessoal	370	703	-333	-47,4%	524
Diferenças de Câmbio Favoráveis	13 673	0	13 673	-	9 727
PERDAS FINANCEIRAS	50 122	56 356	-6 234	-11,1%	53 020
Juros de Financiamento de Projectos e Obras	49 741	45 956	3 785	8,2%	53 020
Outros Juros de Financiamento	381	0	381	-	-
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis					
Financeiras	0	9 275	-9 275	-	-
Outras Perdas Financeiras	0	1 125	-1 125	-	-
RESULTADOS FINANCEIROS	-33 976	-47 828	13 852	29,0%	-29 073

EBITDA

Os rendimentos operacionais decresceram 13% (-429 640 mECV) em relação ao ano de 2019, enquanto os gastos operacionais, excluindo as amortizações, comparativamente a igual período, decresceram 2,6% (-57 943 mECV), contribuindo assim para que o indicador EBITDA apresente um decréscimo de 34,5% (-371 697 mECV). Considerando o efeito das depreciações/amortizações, apurou-se, no ano de 2020, um EBIT de 240 729 mECV, inferior em 388 781 mECV (-61,8%) ao obtido em 2019.

Designação	2020	2019	Variação 19/18		2018
			Absoluta	%	
Rendimentos Operacionais	2 884 052	3 313 692	-429 640	-13,0%	3 302 815
Gastos Operacionais sem Amortizações	2 176 979	2 234 922	-57 943	-2,6%	2 647 193
EBITDA	707 073	1 078 770	-371 697	-34,5%	1 068 247
Depreciações/Amortizações	466 344	449 260	17 084	3,8%	412 625
EBIT	240 729	629 510	-388 781	-61,8%	655 622



Meios Libertos Líquidos

Os meios libertos, numa óptica operacional, registaram uma redução de 18,8% (-168 217 mECV) face ao ano de 2019, resultante do decréscimo nos resultados líquidos, pese embora o registo de aumentos nas rubricas Provisões/Imparidades e Depreciações e Amortizações no ano em análise.

CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	2020	2019	Variação 19/18		2018
			Absoluta	%	
Resultados Líquidos	157 995	442 955	-284 960	-64,3%	450 370
Depreciações e Amortizações	466 344	449 260	17 084	3,8%	412 625
Provisões/Imparidades	102 297	2 638	99 659	3777,8%	48 903
	726 636	894 853	-168 217	-18,8%	911 898

Estrutura de Capitais

A estrutura de capitais da ENAPOR, conforme se pode aferir pelo quadro abaixo, sofreu, em 2020, algumas variações.

ESTRUTURA DE CAPITAIS	2020	%	2019	%	2018	%
Capitais Próprios	3 351 426	49,4%	3 210 218	48,2%	3 060 749	46,0%
Passivo Não Corrente	2 167 704	32,0%	2 312 488	34,7%	2 520 225	37,9%
Passivo Corrente	1 260 766	18,6%	1 134 988	17,0%	1 002 531	15,1%
	6 779 896	100,0%	6 657 694	100,0%	6 583 505	98,9%

No exercício de 2020, os capitais próprios da ENAPOR registaram uma variação negativa de 119 514 mECV, decorrente dos seguintes movimentos:

- redução do resultado líquido referente ao ano de 2020 no montante de 284 960 mECV;
- aumento das reservas legais em 22 148 mECV; e
- aumento das outras reservas (reservas para investimentos) em 199 330 mECV.

Os resultados líquidos de 2019 foram distribuídos nas seguintes proporções:

- registo de reservas legais, no valor de 22 148 mECV;
- reserva para investimentos no valor de 199 330 mECV; e
- dividendos no montante de 221 478 mECV.





A variação da rubrica Passivo Não Corrente (-268 215 mECV) resulta da ocorrência dos seguintes movimentos:

- redução dos financiamentos obtidos em 301 757 mECV; e
- aumento de 29 246 mECV em responsabilidades por benefícios pós-emprego.

Em termos globais, a estrutura de capitais (próprios e alheios) da ENAPOR sofreu um decréscimo de 119 514 mECV (-1,8%), comparativamente ao exercício de 2019.

Indicadores

No quadro seguinte, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros e económicos da ENAPOR no exercício de 2020, evidenciando a sua evolução em relação aos anos anteriores.

INDICADORES ECONÓMICOS			
INDICADORES	2018	2019	2020
Custo dos Capitais Alheios	1,5%	1,6%	1,5%
Rentabilidade das Vendas	20,5%	19,7%	8,7%
Margem Bruta de Vendas	97,5%	96,7%	96,3%
Produtividade dos Trabalhadores	3 483,18	2 397,01	1 741,39
Peso do Pessoal na Estrutura	47,48%	49,78%	55,88%
Rendibilidade do Activo	9,8%	9,3%	3,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	14,1%	13,2%	4,8%

INDICADORES FINANCEIROS E DE FUNCIONAMENTO			
INDICADORES	2018	2019	2020
Fundo de Maneio	617 370,00	244 049,12	19 534,38
Liquidez Geral	154,4%	119,4%	101,3%
Liquidez Reduzida	148,2%	111,8%	94,5%
Liquidez Imediata	65,9%	29,2%	24,6%
Prazo Médio de Inventários	224,6	238,7	217,5
Prazo Médio de Recebimentos	28,6	49,8	42,9
Prazo Médio de Pagamentos	43,2	46,8	48,4
Grau de Cobertura do Imobilizado	65,3%	63,5%	63,6%
Autonomia Financeira	48,1%	49,4%	49,4%
Solvabilidade	92,9%	97,8%	97,5%



Da análise do quadro, afere-se uma certa oscilação dos diversos indicadores, mantendo-se todos nos patamares considerados normais e aceitáveis, reflectindo, assim, a capacidade da Empresa na assunção dos seus compromissos, na geração de resultados e na eficácia da remuneração dos capitais investidos.

Os rácios de liquidez, que, em teoria, devem ser sempre superiores a 1, apresentam valores superiores a 1. Particularmente, o rácio de liquidez geral, embora com uma ligeira redução, quando comparado com os anos anteriores, apresenta valores positivos e superiores a 1, o que significa que o fundo de maneio é superior a zero. A regra do equilíbrio financeiro mínimo é satisfeita, o que quer dizer que a Empresa não tem tido dificuldades de tesouraria. De uma forma geral, a ENAPOR consegue fazer face às suas obrigações de curto prazo (passivo corrente), respondendo apenas com os activos de curto prazo (activo corrente).

O rácio de solvabilidade tem evoluído de forma satisfatória ao longo dos últimos três anos. Apresenta valores superiores a 0,5 (valor padrão), confirmando a boa capacidade financeira da Empresa em solver os seus compromissos. O seu valor está próximo de 1, indicando a boa capacidade da ENAPOR em fazer face a compromissos de longo prazo. O rácio de autonomia financeira apresenta, ao longo dos três anos em análise, valores entre os 48,2% e os 49,4%, o que significa que a Empresa vem diminuindo a sua dependência perante terceiros, situação que, para além de reduzir os riscos inerentes ao financiamento por capitais alheios, é normalmente vantajosa quando houver necessidade de negociar novos financiamentos ou alterar os planos de amortização em vigor.

A avaliação da rendibilidade da Empresa baseia-se em dois indicadores considerados mais relevantes: a rendibilidade do negócio e a rendibilidade dos capitais próprios. A rendibilidade do negócio é obtida através da rendibilidade do activo. O indicador acentuou a tendência de decréscimo apresentada em 2019, fruto da significativa redução verificada no resultado operacional. Apresenta valores positivos, o que significa que o negócio tem a capacidade para gerar resultados face aos investimentos que lhe estão afectos. Por sua vez, a rendibilidade dos capitais próprios analisa a remuneração que eles geram, ou seja, o retorno do capital próprio, confrontando o nível de resultados gerados com o montante de capital dos accionistas. Pese embora reflecta uma acentuada redução, tendo em conta o decréscimo considerável dos resultados líquidos, apresenta valores rondando os 5%, o que significa que a Empresa ainda é eficaz na utilização dos capitais pertencentes aos accionistas.

No período em análise, o prazo médio de pagamentos foi de 38 (trinta e oito) dias, menos 15 (quinze) dias do que em 2019, enquanto o de recebimentos se situou nos 90 (noventa) dias, mantendo-se no mesmo patamar do que no exercício transacto.



10

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS





Considerando os compromissos de financiamento de algumas obras estruturantes para o país e ciente da necessidade de ser consolidada a estrutura financeira da Empresa, o Conselho de Administração, nos termos do Código das Empresas Comerciais, propõe que os resultados líquidos apurados no exercício de 2020, no valor de 157 995 mECV, tenham a aplicação que se observa no quadro seguinte:

Reserva Legal	5%	7 900 mECV
Reserva para reforço do Parque de Equipamentos Portuários e Comparticipação no Financiamento das Obras de Expansão do Porto Inglês	95%	150 095 mECV
Distribuição de Dividendos	0%	

São Vicente, 31 Março de 2021

O Conselho de Administração

Alcídio Nascimento Lopes

Presidente

Eugénia Rodrigues Soares

Administradora

Ireneu Azevedo Camacho

Administrador



ANEXOS



1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanços em 31 Dezembro de 2020 e 2019
2. Demonstrações dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
3. Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
4. Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	Notas	Data de referência	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	6	307 053	297 034
Edifícios e outras construções	6	2 871 793	3 043 452
Equipamento básico	6	1 316 294	1 397 054
Equipamento de transporte	6	34 362	40 323
Equipamento administrativo	6	75 515	73 415
Outros ativos fixos tangíveis	6	33 008	19 797
Ativos fixos tangíveis em curso	6	466 799	349 801
Propriedades de investimento	5	21 686	23 469
Ativos Intangíveis			
Programas de computador	7	19 992	5 189
Ativos fixos intangíveis em curso	7	8 731	19 544
Outras contas a receber	8.1	3 588	3 490
Ativos por impostos diferidos	9	9 076	2 513
Total do ativo não corrente		5 167 897	5 275 081
Ativo Corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10	65 177	77 796
Clientes	11	325 075	435 132
Adiantamentos a fornecedores	12	1 502	3 963
Estado e outros entes públicos	13.1	587 053	504 897
Acionistas/sócios	14	9 938	9 938
Outras contas a receber	8.1	107 004	86 493
Ativos não correntes detidos para venda	6	-	0
Diferimentos	15	35 065	18 015
Caixa e depósitos bancários	4	361 671	368 581
Total do ativo corrente		1 492 485	1 504 815
Total do ativo		6 660 382	6 779 896
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Capital social	16	1 200 000	1 200 000
Reservas legais	17	136 777	114 630
Outras reservas	17	1 793 171	1 593 841
Resultado líquido do exercício		157 995	442 955
Total do capital próprio		3 287 943	3 351 426
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18.1	1 857 871	2 159 628
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	37 322	8 076
Provisões		4 296	-
Total do passivo não corrente		1 899 489	2 167 704
Passivo corrente			
Fornecedores	20	78 501	90 608
Estado e outros entes públicos	13.2	122 040	109 710
Acionistas/sócios	14	373 226	201 748
Financiamentos obtidos	18.1	286 960	283 264
Outras contas a pagar	8.2	290 556	243 351
Diferimentos	15	321 668	332 085
Total do passivo corrente		1 472 950	1 260 766
Total do passivo		3 372 439	3 428 470
Total do capital próprio e do passivo		6 660 382	6 779 896

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2020.

O Técnico Oficial de Contas:



O Conselho de Administração:



Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIO	
		2020	2019
Vendas e prestação de serviços	21	2 768 815	3 190 421
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(102 638)	(105 863)
Resultado Operacional Bruto		2 666 176	3 084 559
Fornecimentos e serviços externos	22	(405 766)	(495 093)
Valor Acrescentado Bruto		2 260 411	2 589 466
Gastos com o pessoal	23	(1 547 125)	(1 588 077)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(11 545)	-
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	24	(87 552)	(2 638)
Provisões(aumentos/reduções)	25	(4 296)	0
Outros rendimentos e ganhos	26	115 237	123 271
Outros gastos e perdas	27	(18 057)	(43 251)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		707 073	1 078 770
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	28	(466 344)	(449 260)
Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		240 729	629 510
Juros e rendimentos similares obtidos	29	16 146	8 528
Juros e gastos similares suportados	18.2	(50 122)	(56 356)
Resultado antes de impostos		206 753	581 682
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	(48 758)	(138 727)
Resultado líquido do exercício		157 995	442 955
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de imposto) incluído no resultado líquido do exercício		-	-
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de Capital da empresa-mãe		157 995	442 955
		157 995	442 955
Resultado por ação básico		0,13	0,37

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Técnico Oficial de Contas:



O Conselho de Administração:



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2019	1	1 200 000	92 112	1 467 737	-	450 370	3 210 219
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	442 955	442 955
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	22 518	126 104	-	(148 622)	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	22 518	126 104	-	294 334	442 955
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO							
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(301 748)	(301 748)
	3	-	-	-	-	(301 748)	(301 748)
	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2019	1+2+3+4	1 200 000	114 630	1 593 842	-	442 955	3 351 426

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2020	1	1 200 000	114 630	1 593 842	-	442 955	3 351 426
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	157 995	157 995
Aplicação do resultado líquido do exercício	17	-	22 148	199 330	-	(221 478)	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	22 148	199 330	-	(63 484)	157 995
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO							
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	-	(221 478)	(221 478)
	3	-	-	-	-	(221 478)	(221 478)
	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2020	1+2+3+4	1 200 000	136 777	1 793 172	-	157 995	3 287 943

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2020.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	EXERCÍCIO		
		31/12/20	31/12/19
	Nota	Valores	Valores
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 118 525	3 131 026
Pagamentos a fornecedores		(695 599)	(657 562)
Pagamentos ao pessoal		(1 049 137)	(1 591 187)
Caixa gerada pelas operações		1 373 789	882 277
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(102 102)	(193 601)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(639 558)	187 947
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		632 129	876 623
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(259 758)	(855 044)
Ativos intangíveis		(2 594)	(539)
Ativos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	404
Ativos financeiros		199 908	250 000
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(62 444)	(605 179)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	216 000
Juros e ganhos similares		7 013	10 700
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(284 389)	(373 094)
Juros e gastos similares		(49 309)	(46 823)
Dividendos	17	(50 000)	(190 360)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		(376 685)	(383 577)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		193 000	(112 133)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	168 673	280 806
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	361 671	168 673

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração:





2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1. Identificação da Entidade	3
1.2. Serviços Prestados	3
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
2.1. Base da apresentação	4
2.2. Derrogação das disposições do SNCRF	4
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras	4
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	4
3.1. Moeda funcional e de Apresentação	4
3.2. Ativos fixos tangíveis	5
3.3. Propriedades de Investimento	5
3.4. Ativos intangíveis	6
3.5. Ativos e passivos financeiros	6
3.6. Perdas por Imparidade	7
3.7. Inventários	7
3.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	8
3.9. Rédito e regime do acréscimo	8
3.10. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos	9
3.11. Responsabilidades Pós Emprego	9
3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período	9
3.13. Classificação de balanço	10
3.14. Subsídios	10
3.15. Saldos e Transações Expressos em Moeda Estrangeira	10
3.16. Eventos Subsequentes	10
3.17. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	10
4. FLUXOS DE CAIXA	11
5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	12
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	13
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	15
8. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	16
8.1. Não Corrente a Receber	16
8.2. Corrente a Receber	17
8.3. Corrente a Pagar	17
9. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	18
10. INVENTÁRIOS	18
10.1. Inventários	18
10.2. Gastos com as Matérias Consumidas	18
11. CLIENTES	19

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

12.	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	20
12.1.	<i>A fornecedores</i>	<i>20</i>
12.2.	<i>De clientes.....</i>	<i>20</i>
13.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	20
13.1.	<i>Saldos Devedores.....</i>	<i>22</i>
13.2.	<i>Saldos Credores.....</i>	<i>22</i>
14.	ACCIONISTAS	24
15.	DIFERIMENTOS.....	24
15.1.	<i>Ativo</i>	<i>24</i>
15.2.	<i>Passivo.....</i>	<i>24</i>
16.	CAPITAL REALIZADO	25
17.	RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS	25
18.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	26
18.1.	<i>Empréstimos bancários.....</i>	<i>26</i>
18.2.	<i>Custo de Financiamento</i>	<i>29</i>
19.	RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	29
20.	FORNECEDORES	29
21.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	30
22.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	30
23.	GASTOS COM O PESSOAL	31
24.	IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	32
25.	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	33
26.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	33
27.	OUTROS GASTOS E PERDAS	33
28.	DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	34
29.	JUROS E GANHOS SIMILARES.....	34
30.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	35
31.	PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS	36
32.	GARANTIAS PRESTADAS	36
33.	DIVULGAÇÕES SOBRE DIPLOMAS LEGAIS	37
34.	OUTRA INFORMAÇÕES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS.....	38
35.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	38

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

1. Nota Introdutória

1.1. Identificação da Entidade

Denominação Social: ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Natureza Jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida Marginal, Cais Acostável, cidade do Mindelo, República de Cabo Verde.

Número de identificação Fiscal: 200487264

Matrícula comercial: 1168

A ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A., adiante designada por "ENAPOR" ou "Empresa", é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que adquiriu a sua configuração jurídica de Sociedade Anónima pelo Decreto Regulamentar nº4/2001, de 4 de junho, que aprovou os seus estatutos e tem por objeto a administração e gestão dos portos de Cabo Verde. Pelo Decreto-Legislativo nº 01/2013 de 12 setembro, foi-lhe atribuída a condição de Concessionária Geral dos Portos, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária as áreas de jurisdição marítimas, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em agosto de 2017 foi aprovado, nos termos do Código Comercial a alteração dos Estatutos, que foi publicado no BO nº. 14 II série de 02/03/2018.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em escudos (convertidos em milhares de escudos), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

1.2. Serviços Prestados

A ENAPOR presta os seguintes serviços:

- Pilotagem;
- Reboque portuário;
- Segurança, polícia, proteção civil, vigilância e combate a incêndios;
- Navegação portuária, sinalização, faróis e luzes;
- Disponibilidades ou indicação de zonas de fundeio, atracação e desatracação;
- Disponibilidade de armazéns, edifícios, instalações para a manipulação, depósito, conservação ou presença de mercadorias e passageiros;
- Disponibilidade de meios mecânicos, terrestres ou flutuantes, para a manipulação e transporte de mercadorias nos portos;
- Fornecimento de água, eletricidade e gelo a embarcações;
- Proteção do meio ambiente, recolha de lixo, receção de resíduos sólidos e líquidos provenientes de navios, plataformas ou outras instalações fixas ou flutuantes; e
- Movimentação de carga, compreendendo estiva, conferência, carga, descarga, transbordo, movimentação e arrumação de mercadorias dentro da zona portuária, bem como a formação e decomposição de unidades de carga.

No âmbito das orientações da política nacional para o sector portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão do ponto de vista do desenvolvimento, ampliação e modernização dos portos, bem como da facilitação do transporte marítimo inter-ilhas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são como se segue:

2.1. Base da apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as Normas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (“SNCRF”) regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 5/2008 de 4 de fevereiro (Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 49/2008, de 29 de dezembro (Código de Contas);
- Despachos Normativos de 1 a 27/2008 (Normas de Relato Financeiro, Estrutura Conceptual, Modelos das demonstrações financeiras, Regime Especial para as PE)

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu, baseada no orçamento para 2021 e na expectativa da retoma da atividade económica, bem como o apoio do acionista Estado, que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizados as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo de recursos relativos às International Accounting Standards e International Financial Reporting Standards emitidos pelo International Accounting Standards Board e respetivas interpretações, sempre que o SNCRF não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base na melhor experiência e conhecimento, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2. Derrogação das disposições do SNCRF

A ENAPOR, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do período a que respeitam, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas NRF, aprovadas e adotadas em Cabo Verde.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.



3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Moeda funcional e de Apresentação

A. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo Verde (mECV), salvo indicação explícita em contrário.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados: (i) pelo valor de transferência atribuído aos bens quando a utilização e exploração dos mesmos transitaram para a Empresa; (ii) pelo valor relativo à doação, quando os mesmos foram integralmente doados à Empresa; e (iii) ao custo de aquisição que inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas em vigor no país (Portaria 3/84 para aquisições anterior a 2015 e Portaria 42/2015 para aquisições a partir de 2015), de forma consistente de período para período, numa base de duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, de acordo com a vida útil estimada.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas, atendendo ao período de vida útil estimada, podem resumir-se como segue:

	Taxas de Amortização (%)
Edifícios e outras construções	2 a 10
Equipamento básico	5 a 20
Equipamento de transporte	12,5 a 20
Equipamento administrativo	8,33 a 33,33
Outros Ativos fixos tangíveis	10 a 25

As substituições de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos, de acordo com a NRF 7.

Um item do ativo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo, determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do ativo a data de alienação/abate é reconhecido em resultados como «*Outros rendimentos ganhos*» ou «*Outros gastos e perdas*».

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, encontram-se escrituradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações ocorridas até a sua transferência para propriedades de investimento.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Portaria nº42/2015), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida pela venda ou troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os ganhos ou perdas são registados na demonstração dos resultados do período, respetivamente, nas rubricas «*Outros rendimentos e ganhos*» ou «*Outros gastos e perdas*».

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são registados se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registadas como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projeto interno.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método de linha reta (quotas constantes), durante um período não superior a 3 anos.

3.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

A. Caixa e depósitos bancários

A Caixa e depósitos bancários incluem valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

i. Caixa

Compreende as notas e moedas. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do exercício.

ii. Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo nesta rubrica, são desmobilizáveis até um ano. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere, independentemente do seu recebimento posterior.

B. Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com o critério fiscal estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

C. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto de Selo), são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

D. Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, o qual se aproxima do custo amortizado.

3.6. Perdas por Imparidade

É efetuada uma avaliação para determinação de imparidades sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência desses indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação, entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica de "Perdas por imparidade".

Contudo, a reversão da perda é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a referida perda não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.7. Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao custo de aquisição. Esse custo compreende o preço da fatura, despesas de transporte, seguro e o custo de desalfandegamento menos o IVA dedutível, utilizando-se o custo médio ponderado, como método de custeio das saídas.

As diferenças entre o valor pelo qual se encontram registados os inventários, conforme acima mencionado, e o respetivo valor estimado de realização, quando mais baixo, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica "Perdas por Imparidade".

3.8. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos dele derivados.

Passivos contingentes

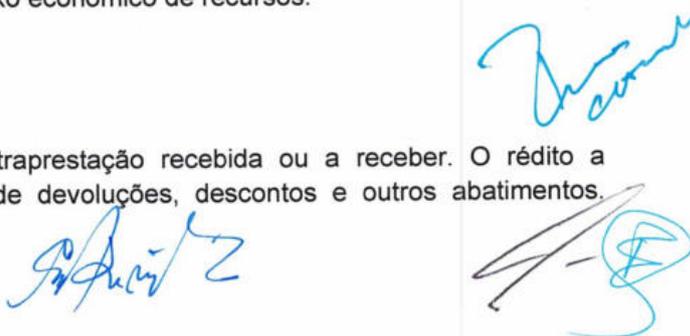
Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos, não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.9. Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.



O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Os rendimentos e gastos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Diferimentos" (ativos ou passivos), «Outras contas a receber» e «Outras contas a pagar».

3.10. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles até à data em que os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração dos resultados do exercício (Nota 18.2).

Os eventuais rendimentos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros

capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos respetivos bens.

3.11. Responsabilidades Pós Emprego

As responsabilidades da Empresa relativas ao pagamento futuro de reformas antecipadas aos trabalhadores, encontram-se registadas na rubrica de «Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego». Estas responsabilidades correspondem à estimativa de gastos a incorrer pela Empresa relativamente aos funcionários que aderiram ao plano de pré-reformas proposto pela Empresa no decorrer dos exercícios de 2017 e 2020.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o plano de pré-reformas foi alargado a 10 colaboradores da Empresa, os quais iniciaram a pré-reforma em 1 de janeiro de 2020.

3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

Ainda, decorrente da Lei nº82/2015 de 8 janeiro, algumas despesas estão também sujeitas a tributação autónoma. Trata-se de um imposto direto que incide sobre determinados encargos do sujeito passivo de IRPC, independentemente de ter ou não gerado rendimento no período tributável. As taxas aplicáveis são de 10% e 40%, e ainda podem ser agravadas em 10% sempre que o sujeito passivo apresente resultado negativo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos, a Empresa adota o disposto na NRF 22.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formais ou substancialmente, emitidas à data do balanço.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Para além dos ativos por impostos diferidos acima indicados, não existiam em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, derivado da legislação fiscal em vigor em Cabo Verde, outras diferenças temporárias que originem o registo de ativos e passivos por impostos diferidos.

3.13. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações

financeiras, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.14. Subsídios

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Cabo-Verdiano ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos. Essas participações para aquisição de ativos fixos tangíveis são registadas no passivo como diferimentos, e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos fixos tangíveis.

3.15. Saldos e Transações Expressos em Moeda Estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras na moeda funcional do país, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício.

3.16. Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que, após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.17. Juízos de valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Perdas por imparidade de inventários;
- Vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Justo valor das propriedades de investimento e ativos não correntes detidas para

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

venda;

- Valorização dos ativos por impostos diferidos;
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego

4. Fluxos de Caixa

Na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) foi utilizado o método direto, sendo que esta demonstração é de grande importância para a análise da Empresa, porque evidencia as modificações ocorridas nas disponibilidades da Empresa. Um conceito importante é o de equivalente de caixa, que corresponde às aplicações de liquidez imediata, e que representa as aplicações que podem ser resgatadas até 3 meses, apresentando, portanto, baixo risco de alteração de seu valor. A DFC é uma demonstração obrigatória ao abrigo da NRF 1.

Nos períodos de 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerário:		
Caixa	67	21 187
Depósitos bancários:		
Depósitos em Banca Comercial	161 696	147 486
Caixa e seus equivalentes	<u>161 763</u>	<u>168 673</u>
Depósitos a Prazo	199 908	199 908
Caixa e depósitos bancários	<u>361 671</u>	<u>368 581</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, parte dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em depósitos a prazo com maturidades a 3 meses, pelo que, não foram considerados como “Caixa e seus equivalentes”. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos depósitos a prazo é como segue:

Banco	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Comercial do Atlântico	49 908	49 908
Banco Angolano de Investimento	150 000	150 000
	<u>199 908</u>	<u>199 908</u>

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios de 2020 e de 2019, foram como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros de Depósitos à ordem (Nota 30)	233	104
Juros de Depósitos a prazo (Nota 30)	1 870	7 825
	<u>2 103</u>	<u>7 929</u>

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

5. Propriedades de Investimento

Os movimentos das propriedades de investimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 detalha-se conforme segue:

Movimentos 2020

	Propriedade de Investimento	Total
Ativo Bruto		
Saldo Inicial	80 552	80 552
Adições	-	-
Saldo Final	<u>80 552</u>	<u>80 552</u>
Depreciações acumuladas		
Saldo Inicial	57 083	57 083
Depreciação do exercício (Nota 28)	1 784	<u>1 784</u>
Saldo Final	<u>58 867</u>	<u>58 867</u>
Valor Líquido	<u>21 686</u>	<u>21 686</u>

Movimentos 2019

	Propriedade de Investimento	Total
Ativo Bruto		
Saldo Inicial	76 975	76 975
Adições	<u>3 577</u>	<u>3 577</u>
Saldo Final	<u>80 552</u>	<u>80 552</u>
Depreciações acumuladas		
Saldo Inicial	55 349	55 349
Depreciação do exercício (Nota 28)	1 734	<u>1 734</u>
Saldo Final	<u>57 083</u>	<u>57 083</u>
Valor Líquido	<u>23 469</u>	<u>23 469</u>

Os montantes registados na rubrica dizem respeito, essencialmente, a edifícios no porto da Praia que se encontram arrendados a terceiros.

É entendimento do Conselho de Administração que o valor de mercado destas propriedades de investimento, suportado em estudos internos, é superior ao valor líquido contabilístico, pelo que não foram registadas quaisquer perdas por imparidade.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

6. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos não correntes detidos para venda

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, e nos ativos não correntes detidas para venda foi o seguinte:

Movimentos 2020									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Não Correntes Detidos para Venda	Total
Ativo Bruto									
Saldo Inicial	297 034	6 604 133	4 793 837	389 873	528 945	119 338	349 801	-	13 082 961
Adições	10 020	15 456	120 493	4 108	20 746	13 049	151 414	-	335 286
Alienações e abates	-	-	(12 624)	(77)	(1 048)	-	-	-	(13 748)
Transferências	-	13 879	15 604	-	204	4 728	(34 415)	-	-
Regularizações (AFI) 4539	-	-	-	-	5 353	858	-	-	6 211
Saldo Final	307 054	6 633 468	4 917 311	393 904	554 201	137 973	466 799	0	13 410 710
Depreciações acumuladas									
Saldo Inicial	-	3 560 682	3 396 783	349 549	455 532	99 540	-	-	7 862 086
Depreciações do exercício (Nota 28)64	-	200 994	215 219	10 070	24 210	5 425	-	-	455 917
Alienações e abates	-	-	(10 985)	(77)	(1 058)	-	-	-	(12 120)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo Final	-	3 761 676	3 601 016	359 541	478 684	104 965	-	-	8 305 883
Valor Líquido	307 054	2 871 792	1 316 294	34 362	75 517	33 008	466 799	0	5 104 826

Movimentos 2019									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Não Correntes Detidos para Venda	Total
Ativo Bruto									
Saldo Inicial	296 003	6 550 101	4 052 289	378 550	500 042	113 170	370 904	17 600	12 278 659
Adições	1 031	22 099	632 223	11 280	27 303	4 714	112 332	-	810 982
Alienações e abates	-	-	-	(2 057)	(949)	-	-	-	(3 006)
Transferências	-	14 333	109 325	2 101	2 549	1 454	(129 762)	-	-
Regularizações	-	17 600	-	-	-	-	(3 673)	-	13 927
Reclassificação para Ativo intangível	-	-	-	-	-	-	-	(17 600)	(17 600)
Saldo Final	297 034	6 604 133	4 793 837	389 874	528 945	119 338	349 801	0	13 082 961
Depreciações acumuladas									
Saldo Inicial	-	3 359 790	3 187 870	341 630	435 357	95 413	-	-	7 420 060
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	200 892	209 045	9 976	21 091	4 128	-	-	445 132
Alienações e abates	-	-	(132)	(2 057)	(916)	(1)	-	-	(3 106)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo Final	-	3 560 682	3 396 783	349 549	455 532	99 540	-	-	7 862 086
Valor Líquido	297 034	3 043 451	1 397 054	40 325	73 413	19 798	349 801	0	5 220 875

As adições e transferências para firme registadas no exercício de 2020 dizem, essencialmente, respeito a:

- i) Muro cortina no Porto Tarrafal, Alpendre com estrutura metálica no Porto Furna no montante de, aproximadamente, 27.680 mECV;
- ii) Docagem e reparação do R/M São Filipe, de entre outras aquisições para o Porto Grande no montante de, aproximadamente, 16.132 mECV;
- iii) Aquisição de Equipamentos de incêndio, máquina desmontar pneus para o Porto Praia no montante de aproximadamente, 4.762 mECV.
- iv) Projeto check-in passageiros/bagagens que foram adquiridos para o Porto Grande, Porto da Praia e Porto Novo no montante aproximadamente, 14.150mECV.

Com exceção do Projeto check-in que teve início em 2016, os demais projetos acima referidos tiveram início em 2019 tendo ficado terminados no decorrer do exercício de 2020.

As alienações do exercício dizem, essencialmente, respeito à venda de uma Grua Bencini do Porto da Furna, motorizada do Porto Grande, equipamentos eletrónicos, administrativos e de comunicação, de entre outros.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em curso em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é o seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Projeto Terminal Cruzeiros do Porto Grande	189 697	182 933
Projeto Pipelines de Gasolina e Jet A1 -Palmeira	39 947	39 222
Expansão e Modernização Porto Inglês	126 672	75 645
Remodelação Oficinas e Construç.Edific.Mão-de-Obra Portuária	7 589	-
Expansão e Modernização Porto Tarrafal	2 330	-
Obras Reabilitação Cais Pesca Porto Tarrafal	3 163	-
Obras Vedação Cobertura e Extensão Gare Palm	1 400	-
Reabilitação Cais Pesca Boca Pistola em Ponta Sol Stº Antão	24 224	-
Reparação Rebocador Cabo Verde	15 223	-
Equipamento Rebocador Mt Cara	676	-
Remodelação Rede "Cablagem" PG	4 042	-
Remodelação Rede "Cablagem" PP	4 785	-
Implementação Sistema CCTV PG	3 075	-
Implementação Sistema CCTV PP	4 446	-
Equipamentos Informático	3 826	-
Construção Rampa Metálica Ro - Ro Palmeira	3 528	-
Mangueira Flexíveis e Acessórios p/Combate Incendio PP		3 206
Remodelação e Ampliação Gare Marítima PG	686	686
Reordenamento do Porto e Construção (Armazém e Parque Viatura) PF	23 188	8 599
Rampa Metálica - Porto Inglês	2 464	2 464
Rampa Betão - Porto Inglês	5 836	5 836
Elevação do Muro Cortina e Proteção Marítima Porto Tarrafal		9 180
Construção Alpendre em Estrutura Metálica Brava		4 699
Camara Speed Dome Ip Dahua - Cais 2, Edifício, P. Contentores		204
Motor Caixa Redutora Marca Baldouin Lancha S.Filipe PG		15 603
Extintor Polvo BC PI 100kg - Parque frio, Cais 2, 3 e 4 P Grande		196
Máquina Automático Desmontar Pneus Type FT 560 S P Praia		1 327
	<u>466 799</u>	<u>349 801</u>

O Conselho de Administração entende que o Projeto do Terminal de Cruzeiros do Porto Grande, será desenvolvido no decorrer do exercício de 2021, sendo exetável que as obras de preparação do porto sejam iniciadas logo após a assinatura do contrato que se prevê para março de 2021. A duração da obra está estimada em 22 meses. Os restantes projetos irão ser concluídos no decorrer do exercício de 2021, excetuando o projeto de expansão e modernização do Porto Inglês, cuja conclusão estima-se para o primeiro trimestre de 2022, pelo que no entendimento do Conselho de Administração os projetos acima indicados não apresentam indícios de imparidade pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade.

ENAPOR, S.A. RELATÓRIO & CONTAS Página 15 de 38

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

7. Ativos Intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Movimentos 2020

	Programas de Computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo Bruto			
Saldo Inicial	179 116	19 544	198 660
Adições	10 399	8 731	19 131
Transferências	13 047	(13 047)	-
Regularização para Ativo fixo tangível	-	(6 211)	(6 211)
Regularização para gasto		(286)	(286)
Saldo Final	202 562	8 731	211 294
Amortizações acumuladas:			
Saldo Inicial	173 927	-	173 927
Amortização do exercício (Nota 28)	8 643	-	8 643
Alienações e abates			-
Transferências			-
Saldo Final	182 570	-	182 570
Valor Líquido	19 992	8 731	28 724

Movimentos 2019

	Programas de Computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo Bruto			
Saldo Inicial	178 577	19 544	198 121
Adições	539	-	539
Saldo Final	179 116	19 544	198 660
Amortizações acumuladas:			
Saldo Inicial	170 872	-	170 872
Amortização do exercício (Nota 28)	3 055	-	3 055
Saldo Final	173 927	-	173 927
Valor Líquido	5 189	19 544	24 733

Os ativos intangíveis são constituídos, essencialmente, por softwares diversos utilizados pela Empresa na sua atividade.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

O detalhe dos ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é o seguinte:

	2020	2019
Projeto Implem ^o Sistema Inform.Eletronica "Estiva Eletronica	5 778	
Implementação Plataforma BPM p/Gabinete Procurement	2 953	
Projeto Check-in Passageiros e Bagagens		19.544
	<u>8 731</u>	<u>19.544</u>

8. Outras Contas a Receber e a Pagar

8.1. Contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Outras contas a receber - ativo não corrente		
Adiantamentos aos trabalhadores	5 454	5 357
Perdas por imparidade em contas a receber de trabalhadores	(1 867)	(1 867)
	<u>3 588</u>	<u>3 490</u>
Outras contas a receber - ativo corrente		
Clientes - Acréscimos de rendimentos	84 129	61 007
Outros acréscimos de rendimentos	166	5 621
Adiantamentos aos Trabalhadores	11 381	10 533
Perdas por imparidade em contas a receber de trabalhadores	(2 152)	(2 152)
Outras contas a receber	13 481	11 484
	<u>107 004</u>	<u>86 493</u>

Em 31 de dezembro de 2020, existiam adiantamentos efetuados ao pessoal referentes a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concedidos, no montante de mECV 5.454 (5.357 mECV em 2019) a médio longo prazo, para as quais estão registadas perdas por imparidade de mECV. 1.867.

Em 31 de dezembro de 2020, existiam adiantamentos efetuados ao pessoal referente a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concebidos no montante de mECV 11.381 (mECV. 10.533 em 31 de dezembro de 2019) a curto prazo, para as quais estão registadas perdas por imparidade no montante de mECV. 2.152.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

Todos os empréstimos referidos, destinam-se à aquisição ou melhoria de habitação, despesas com formação, aquisição de viatura própria e para tratamento médico no exterior, sendo os mesmos concedidos no âmbito da reserva para fins sociais. Estes empréstimos vencem juros a taxa estabelecido pelo Banco Central, cumprindo com o disposto na Lei nº 82/VIII/2015 de 8 janeiro.

A rubrica “Clientes – Acréscimos de rendimentos” no montante de mECV 84.129, refere-se aos serviços já prestados, nomeadamente serviços de armazenagem e de tráfego, mas que não se encontram faturados em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica «Outras contas a receber» incluía o montante de mECV 11.345 relativo às contas a receber do Projeto Plataforma de Frio do Porto Grande, os quais se encontram sob tutela do Governo de Cabo Verde, e um remanescente de mECV 2.136 referente a débitos de terceiros de operações extraexploração.

8.2. Contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Outras contas a pagar - passivo não corrente		
Provisões	4 296	
	4 296	0
Outras contas a pagar - passivo corrente		
Fornecedores de imobilizado	72 369	48 310
Remunerações e encargos com férias, H. Extras	163 902	153 289
Remunerações a regularizar	24 087	22 284
Juros a pagar de projetos	5 350	6 059
Juros a pagar de equipamentos	5 883	5 090
Juros a pagar/Financiamento Diversos	347	0
Fornecedores por Acréscimos de gastos	16 958	6 591
Outros credores diversos	1 660	1 728
	290 556	243 351

O valor em dívida a fornecedores de imobilizado como passivo corrente no montante de mECV 72.369, inclui quantias referentes à aquisição de diversos ativos.

Na rubrica de “Juros a pagar de projetos” encontram-se registado os juros suportados, essencialmente, com o empréstimo de financiamento obtido para a obra de expansão da Palmeira no montante de mECV 7.079.

Na rubrica “Juros a pagar de equipamentos” encontram-se registados, principalmente, os juros respeitantes ao financiamento para a construção dos 3 scanners de contentores nos montantes de mECV 3.721 e mECV 333 respeitante ao financiamento para a aquisição rebocador Praia Maria.

Encontra-se registado na rubrica “Remunerações e Encargos com férias, H. Extras” as responsabilidades da Empresa para com os trabalhadores (conforme disposto no Código laboral) referentes a férias a pagar e às contribuições com a Previdência Social, as quais correspondem a 16% das remunerações de férias a serem processadas.

Na rubrica “Remunerações a regularizar” encontram-se registados os montantes relativos a salários de trabalhadores portuários do mês de dezembro de 2020 que serão liquidados no decorrer do mês de

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

janeiro de 2021.

9. Ativos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos por impostos diferidos detalham-se conforme segue:

	2020		Saldo 31-12-2020	2019
	Aumento	Diminuição		
Outras contas a receber - ativo não corrente				
Ativos por impostos diferidos	8 478	1 915	9 076	2 513
	8 478	1 915	9 076	2 513

	Base de incidência (Nota 19)	Taxa de imposto	Imposto diferido 31/12/2020
Reforma Incentivada Antecipada ref.2020	37 781	22%	8 478

Os ativos por impostos diferidos apresentaram um aumento de mECV 8.478 referente ao programa de Reforma Incentivada Antecipada de 2020, bem como uma diminuição de mECV 1.915 referente às utilizações do programa de Reforma Incentivada Antecipada de 2017.

ENAPOR, S.A. RELATÓRIO & CONTAS Página 19 de 38

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

10. Inventários**10.1. Inventários**

Em 31 dezembro de 2020, foram identificados inventários obsoletos ou inutilizáveis, e com valores de realização inferiores aos valores contabilísticos. Nas circunstâncias, no exercício, foi reforçada a imparidade já constituída, tal como detalhado abaixo.

Os montantes dos Inventários em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 eram os seguintes:

	2020	2019
Inventários		
Inventário - Combustíveis e Lubrificantes	3 407	4 593
Inventário - Material de Conservação e Reparação	2 861	5 366
Inventário - Vestuário, Fardas e Utensílios Domésticos	6 620	2 280
Inventário - Acessórios p/Equip. Hidráulico	78 203	69 333
Inventário - Pneumáticos e Acessórios	24 971	37 093
Inventário - Tintas e Solventes Diversos	1 152	400
Inventário - Utensílios de Descarga	4 243	4 820
Inventário - Materiais e Artigos de Escritório	1 694	1 584
Inventário - Outros não Especificados	1 319	210
Total	124 470	125 679
Em Transito - Combustível e Lubrificante	0	128
Em Transito - Vestuários Fardas e outros Utensílios	0	328
Em Transito - Mat. Constr Civil e serralharia e outros		
Em Transito -Acessór. p/Equip. Hidráulico	1 278	687
Em Transito - Outros Material e Artigos Diversos		
Total	1 278	1 143
Perdas por Imparidade		
Imparid. Invent - Material Conservação e Reparação	(2 496)	(2 368)
Imparid. Invent - Acessórios p/Equip. Hidráulico	(53 083)	(42 218)
Imp. MPSC em Armazém - Pneumáticos e Acessórios	(1 315)	
Imparid. Invent - Utensílios de Descarga	(3 676)	(3 676)
Imparid. Invent - Outros não Especificados	-	(764)
Total	(60 571)	(49 026)
Valor Líquido	65 177	77 796

O movimento das perdas por imparidade em 31 dezembro 2020 detalha-se como abaixo indicado:

	2020	2019
Saldo inicial	49 026	49 026
Reforços	11 545	-
Saldo final	60 571	49 026

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

10.2. Gastos com a mercadoria vendida e matérias consumidas

Os gastos com inventários em 2020 e em 2019 incluídos na rubrica «Gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas», foi a seguinte:

	2020	2019
Combustíveis e Lubrificantes	39 364	53 917
Material de Conservação e Reparação	5 572	5 480
Vestuário, Fardas e Utensílios Domésticos	7 601	2 943
Acessórios p/Equip. Hidráulico	27 266	21 243
Pneumáticos e Acessórios	15 002	13 170
Tintas e Solventes Diversos	1 589	2 946
Utensílios de Descarga	1 901	1 992
Materiais e Artigos de Escritório	3 233	3 760
Outros não especificados	1 110	411
	102 638	105 862

A rubrica “Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas” é relativa a gastos incorridos pelo consumo de vários materiais. O movimento desta rubrica nos exercícios de 2020 e 2019 é como se segue:

	2020	2019
Inventários iniciais	125 679	114 825
Compras	109 392	118 966
Regularizações	(6 685)	(1 106)
Inventário em Transito	(1 278)	(1 143)
Inventários Finais	(124 470)	(125 679)
	102 638	105 862

11. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Clientes tem a seguinte composição:

	2020	2019
Quantia bruta		
Clientes - conta corrente	478 784	498 253
Clientes - de cobrança duvidosa	159 561	167 605
Total	638 345	665 858
Perdas por imparidade	(313 270)	(230 726)
Quantia escriturada	325 075	435 132

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

O movimento das perdas por imparidade foi conforme segue:

	2020	2019
Saldo inicial	230 726	242 089
Reforços	90 753	24 639
Reversão	(3 200)	(22 000)
Utilização	(5 008)	(14 002)
Saldo final	313 270	230 726

O reforço ocorrido nas imparidades de clientes é explicada, pelo aumento das imparidades de um conjunto de clientes para os quais o Conselho de Administração entende existir um elevado risco de realização, em particular o cliente Cabo Verde Fast Ferry, cujo reforço de imparidade justifica o montante de mECV. 48.143.

12. Adiantamentos a Fornecedores e Adiantamentos de clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos de adiantamentos a fornecedores e de adiantamentos de clientes eram como segue:

12.1. A fornecedores

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	1 502	3 963
	1 502	3 963

Em relação à rubrica «Adiantamentos a Fornecedores», o saldo é referente à antecipação de valores por conta de fornecimentos a decorrer no 1º semestre de 2021.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

13.1. Saldos Devedores

	2020	2019
Imposto a Recuperar	9 457	10 743
Imposto Pagamentos por conta	48 066	-
IVA - Reembolsos Pedidos	529 361	494 154
Outros Impostos	168	-
	587 053	504 897

O montante registado na rubrica "IVA – Reembolsos Pedidos" corresponde ao Imposto sobre o Valor Acrescentado dos anos de 2014 a 2020. O reembolso dos valores a recuperar referente ao exercício de 2020, foi solicitado em janeiro de 2021.

No decorrer do exercício de 2018, a Empresa foi alvo de uma inspeção por parte das autoridades fiscais, relativamente ao exercício de 2014, as quais no seu relatório final apuraram uma liquidação adicional do IVA de aproximadamente, mECV 218.507. Acresce mencionar, que a Empresa apresentou a sua contestação relativamente ao relatório final, no qual demonstra que a atividade da ENAPOR é isenta de IVA atendendo à informação vinculativa de 2004 por parte das autoridades fiscais que isentam a ENAPOR relativamente ao pagamento de IVA. No decorrer do exercício de 2020, apesar dos esforços efetuados pelo Conselho de Administração da Empresa por forma a solucionar esta situação, não existiu qualquer evolução favorável ou desfavorável quanto ao seu desfecho.

É convicção do Conselho de Administração que o desfecho final da ação de inspeção será favorável para a Empresa, atendendo às evidências demonstradas junto da administração fiscal. Adicionalmente, o Conselho de Administração iniciou contactos junto do Governo de Cabo Verde, por forma a regularizar os valores a receber de IVA, tendo sido regularizado os valores referentes aos anos 2011, 2012 e 2013.

13.2. Saldos Credores

A Enapor não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

Nas referidas datas, as dívidas ao Estado tinham a seguinte composição:

	2020	2019
Imposto s/Rendimento a Pagar	0	0
Retenção Impostos sobre Rendimentos	16 236	15 612
Outros Impostos	633	822
Previdência Social	38 411	37 693
Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho ("SOAT")	367	358
Taxa Segurança Marítima	60 534	49 366
Imposto Único S/Património	5 859	5 859
	122 040	109 710

O montante de mECV 38.411 em dívida à Previdência Social, corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro de responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos:

- i) Previdência Social – A contribuição da Empresa corresponde a 16% das remunerações com carácter regular dos empregados.
- ii) Direitos Aduaneiros – Este imposto incide sobre as importações de bens efetuadas pela Empresa. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a pauta aduaneira em vigor.
- iii) Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas – Este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa.

Para os contribuintes do regime normal (método da verificação) corresponde a uma taxa de 22% sobre a matéria coletável. Para o apuramento da matéria coletável, são deduzidos aos resultados da Empresa os proveitos relativos a provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor e acrescidos, os gastos não dedutíveis, de onde se destaca os não devidamente documentados, as imparidades e provisões não aceites fiscalmente, o Imposto Único sobre o Património ("IUP"), as correções de impostos e os custos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício.

Em resultado do CIRPC, e atualizações, aos pagamentos por prestações de serviços efetuados por entidades não residentes, a Empresa faz retenção na fonte à taxa liberatória de 15%, quando não se aplica os acordos de dupla tributação.

- iv) Tributação Autónoma - Aplica-se a um leque de despesas com particular foco nos benefícios atribuídos aos trabalhadores (10%) e nas despesas não documentadas (40%).
- v) Imposto sobre o Valor Acrescentado – Este imposto incide sobre as compras, e as vendas tributadas efetuadas pela Empresa a uma taxa única de 15%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções, resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais à situação fiscal e parafiscal da Empresa dos exercícios em aberto para inspeção, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

14. Acionistas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de “Acionistas / sócios” é constituída como se segue:

	2020	2019
Acionistas - Ativo		
Adiantamentos	9 938	9 938
	<u>9 938</u>	<u>9 938</u>
Acionistas - Passivo		
Lucros Disponíveis	373 226	201 748
	<u>373 226</u>	<u>201 748</u>

O montante a receber de mECV 9.938 é referente a obras realizadas por conta do Estado Cabo-verdiano e pagamentos efetuados por solicitação do mesmo. O valor de mECV 373.226 corresponde ao remanescente de dividendos a ser pagos referentes ao exercício de 2018 e 2019.

15. Diferimentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 eram os seguintes:

15.1. Ativo

	2020	2019
Gastos a reconhecer	35 065	18 015
	<u>35 065</u>	<u>18 015</u>

15.2. Passivo

	2020	2019
Subsid. Governo de Cabo Verde	23 465	28 872
Subsid Governo Holandês	297 604	303 213
	<u>321 069</u>	<u>332 085</u>

Na sequência da política contabilística vigente na Empresa, referida na Nota 3.14, a Empresa reconheceu como rendimento na demonstração dos resultados do exercício de 2020, o montante de mECV 11.015 (Nota 26), relativo ao reconhecimento como rendimento, das participações recebidas a fundo perdido

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

do Governo de Cabo Verde, e do Governo Holandês para as obras de expansão do Porto Grande, rampa metálica do Porto Tarrafal, Porto Novo e Porto Grande, e rebocador para o Porto da Praia.

16. Capital Realizado

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital é detido na sua totalidade por um único acionista, o Estado de Cabo Verde, através da Direção geral do Tesouro.

O capital social está fixado em mECV 1.200.000, e esta constituído por 1.200.000 ações, de valor nominal de mECV 1 cada.

17. Reserva Legal e Outras Reservas

Estas rubricas são detalhadas da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Reservas Legais	136 777	114 630
	136 777	114 630
Reservas Livres	776 171	776 171
Reservas para Investimento	943 581	744 252
Reservas para Melhoramentos	73 418	73 418
	1 793 171	1 593 841

Por deliberação da Assembleia Geral de 3 de julho de 2020 e 15 de maio de 2019, o resultado líquido do exercício de 2019 e 2018, respetivamente, foi aplicado como se segue:

	2019	2018
Reservas Legal	22 148	22 518
Reserva para investimento	199 330	126 104
Dividendos	221 478	301 748
	442 955	450 370

Reserva legal: esta reserva deve ser constituída pela parcela mínima de 5% sobre os resultados líquidos de cada exercício, até ser atingida a quinta parte do capital social e só pode ser utilizada para cobrir os prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício, nem pela utilização de outras reservas e/ou para incorporação no capital social.

Reserva para investimentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

Reserva para melhoramentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

Relativamente aos dividendos no montante de mECV 221.478 até à data não foram liquidados, mantendo-se também em dívida, o montante de mECV 151.748 referente a parte dos dividendos de 2018. Assim sendo, o montante total de dividendos a pagar ao acionista em 31-12-20 é de mECV 373.226.

18. Financiamentos Obtidos

18.1. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os montantes dos financiamentos obtidos eram os seguintes:

Entidade Bancária	Saldo em 31 de dezembro 2020						Saldo em 31 de dezembro 2019		
	Ano	Montante	Montante	Passivo	Passivo	Saldo Total	Passivo	Passivo	Saldo Total
	Contração Empréstimo	Obtido	Liquidado em 2020	Corrente	não Corrente	em Dívida	Corrente	não Corrente	em Dívida
BEI - Expansão Porto Palmeira (b)	2009	2 483 185	154 014	155 162	1 123 647	1 278 808	154 015	1 278 807	1 432 822
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (c)	2009	1 240 125	96 024	81 226	581 911	663 137	81 226	677 935	759 161
BCA - Aquisição de Rebocador PPraia (e)	2018	132 000	20 940	22 103	57 865	79 969	20 940	79 969	100 909
BCA - Empréstimo para cobertura Investimentos (f)	2019	150 000	27 083	28 469	94 448	122 917	27 083	122 917	150 000
TOTAIS		4 005 310	298 062	286 960	1 857 871	2 144 831	283 264	2 159 628	2 442 892

(a) O empréstimo concedido pelo BEI no montante de mECV 2.483.185 será amortizado em 20 anos. De acordo com o contrato assinado entre o BEI e o Governo de Cabo Verde, no momento da solicitação dos desembolsos foi indicado o modelo de taxa de juros a aplicar à respetiva tranche. No final da utilização do empréstimo, será efetuado uma média das diferentes taxas aplicadas a cada uma das tranches de forma a fixar a taxa de juro final do empréstimo. O empréstimo tinha um período de carência de 5 anos e tem o aval do Estado de Cabo Verde, tendo sido assinado um acordo de retrocessão com o tesouro em 2008, iniciando-se a sua amortização em 2013.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 1.278.808, sendo mECV 155.162 a curto prazo e mECV 1.123.647 a médio e longo prazo.

(b) O empréstimo concedido pelo EXIMBANK - CHINA no montante de 87.010.000 Yuan RMB, ficou-se pelo valor de 85.045.964 Yuan RMB, o qual têm o aval do Estado, tendo sido assinado durante o exercício de 2009. O empréstimo será amortizado em 20 anos, vencendo juros à taxa de 2%, e um período de carência de capital de 5 anos, tendo o início da sua amortização ocorrido em 2014.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tem como responsabilidades em escudos cabo-verdianos o montante de mECV 663.137, pelo que se encontra registado como responsabilidade a curto prazo o montante mECV 81.226 e como encargo a médio e longo prazo valor de mECV 581.911.

(c) Durante o exercício de 2017, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA sob a forma de abertura de crédito no montante de mECV 132.000, para financiar a aquisição de um rebocador para o Porto da Praia. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 meses, sendo que a disponibilização do referido valor só ocorreu em maio de 2018. A amortização do empréstimo é efetuada através de rendas mensais em 72 prestações de capital e juros de mECV 2.126 mensais, vencendo juros à taxa anual de 5%, com início em 1 de maio 2018. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo contratado. Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 79.969, sendo mECV 22.103 a curto prazo e mECV 57.865 a médio e longo prazo.

(d) Durante o exercício de 2019, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA sob a forma de abertura de crédito no montante de mECV 150.000, para financiar a aquisição de equipamentos portuários. A amortização do empréstimo é efetuada através de rendas mensais em 60 prestações de

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

capital e juros de mECV 2.831 mensais, vencendo juros à taxa anual de 5%, com início em 19 de dezembro 2019. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada como garantia uma livrança, e a empresa fica sujeito ao cumprimento de *covenants* de autonomia financeira maior que 30% e ND/EBITA menor ou igual 3 vezes.

Em 31 de dezembro de 2020, o plano de pagamentos futuros destes empréstimos é como se segue:

Financiamentos Obtidos	Montante	2021	2022	2023	2024	2025	
	em Dívida					31/12/2020	e
							Seguintes
BEI - Expansão Porto Palmeira	1 278 808	155 162	156 369	157 638	158 972	650 667	
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners	663 137	81 226	81 226	81 226	81 226	338 234	
BCA - Construção Navio	0	-	-	-	-	-	
BCA - Aquisição de Rebocador Ppraia	79 969	22 103	23 138	24 321	10 407	(0)	
BCA - Empréstimo para cobertura Investimentos	122 917	28 469	29 925	31 456	33 067	(0)	
TOTAIS	2 144 831	286 960	290 657	294 641	283 672	988 901	

O Conselho de Administração da Empresa confirma o pleno cumprimento de todas as obrigações decorrentes destes financiamentos.

18.2. Juros e gastos similares suportados

	2020	2019
Juros de Financ..Projetos e Obras	22.971	24.502
Juros de Financ. Equipamentos	26.770	21.454
Diferenças de Cambio Desfavoráveis	0	9.275
Outras Perdas Financiamento	381	1.125
	50.122	56.356

Os juros suportados com as várias modalidades de financiamento variam entre 2% e 7,5%.

19. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo da rubrica responsabilidade por benefícios pós-emprego, tinha a seguinte composição:

	Saldo em 31 dezembro de 2020			Saldo em 31 dezembro de 2019		
	Corrente	Não Corrente	Total Passivo	Corrente	Não Corrente	Total Passivo
Reforma Incentivada Antecipada		37 322	37 322		8 076	8 076

No decorrer dos exercícios de 2017 e 2020 a Empresa lançou um programa de Reforma Incentivada Antecipada, o qual aderiram 21 trabalhadores, sendo:

- 2017 – 11 trabalhadores, sendo 4 da Administração Central, 5 da Administração do Porto Grande, 1 da Administração do Porto da Praia e 1 da Direção do porto de Vale de Cavaleiros.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

- 2020 – 10 trabalhadores, sendo 1 da Administração Central, 6 da Administração do Porto Grande, 2 da Administração do Porto da Praia e 1 da Direção do Porto de Vale de Cavaleiros.

As responsabilidades da empresa que resultam do acordo firmado com os trabalhadores são:

- Idade de adesão e saída do programa:

	Entrada	Saída
Homens	60	65
Mulheres	55	60

- pagar ao trabalhador o valor correspondente a 75% da retribuição mensal líquida;
- pagar ao trabalhador o subsídio de Natal no valor de 75% da remuneração definida pela empresa em cada ano;
- efetuar os descontos devidos a Previdência Social a taxa legal, os quais incidirão sobre 100% da retribuição líquida atual do trabalhador.
- efetuar os descontos respeitantes ao IRPS que incidirão sobre 75% da remuneração líquida do trabalhador;
- pagar ao trabalhador a remuneração acordada, bem como as retenções legais até que o INPS assuma a responsabilidade pela pensão definitiva;
- atualizar a retribuição atribuída durante a pré-reforma, sempre que for atualizado o salário dos trabalhadores ativos;
- assegurar ao trabalhador a manutenção do direito a assistência médica, nos mesmos moldes que é garantido aos trabalhadores ativos; e
- assegurar a continuação da progressão na carreira profissional.

Durante o exercício de 2020 a Empresa efetuou pagamentos aos trabalhadores no montante de mECV 8.535 referente ao programa de Reforma Antecipada Incentivada de 2017 e reforçou as responsabilidades pós-emprego no montante de mECV 37.781 referente ao programa de Reforma Antecipada Incentivada de 2020.

20. Fornecedores

A rubrica Fornecedores apresenta os seguintes valores em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	2020	2019
Fornecedores c/Corrente	78 501	90 608
	78 501	90 608

Os saldos das contas a pagar a fornecedores, correspondem, essencialmente, às obras

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

realizadas, compras de inventários e aquisições de prestação de serviços já rececionados nos armazéns e conferidos.

21. Prestação de Serviços

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na introdução a este anexo:

	2020	2019
Movimentação de Mercadorias	2 149 440	2 444 269
Aluguer de Equipamentos Portuários	188 283	200 447
Serviço Prestado a navios	254 687	332 602
Outras Prestação de Serviços	10 540	14 921
Serviços Secundários	165 866	198 191
Total	2 768 815	3 190 430

No exercício de 2020 verifica-se uma redução de 13% nas prestações de serviços, que representa uma redução em termos absolutos de 421.615 mECV.

Tal fato, resulta do impacto da crise pandémica vivenciada em 2020, fruto da propagação do novo coronavírus, Sars-Cov – 2, o qual conduziu a economia global para níveis de risco e incertezas muito elevados, com particular reflexo na navegação global, afetando todos os setores, conseqüentemente com reflexos na atividade portuária, e neste contexto os movimentos portuários dos portos de Cabo Verde não fugiram à regra. Neste âmbito, registou-se uma redução de 18,5% na movimentação de mercadorias nos portos de Cabo Verde, enquanto que em relação ao número de navios que escalaram os portos nacionais, houve um decréscimo de 18,1% (1.426 navios), tendência acompanhada pelos rendimentos dos serviços prestados ao navio, que também decresceram 23%. Esta tendência foi extensível as demais rubricas, destacando-se a variação de -29% em outras prestações de serviços e -16% nos serviços secundários.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

22. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2020	2019
Água	27 061	23 529
Eletricidade	93 975	116 600
Combustíveis e outros fluidos	6 814	9 548
Conservação e Reparação	28 629	35 862
Ferramentas Utensílios Desgaste rápido	522	1 845
Material de escritório	4 907	4 511
Publicidade e Propaganda	3 977	15 779
Limpeza Higiene e Conforto	24 911	24 709
Rendas e Alugueres	3 608	2 191
Despesas de Representação	74	269
Comunicação	15 102	17 099
Seguros	22 269	22 506
Vigilância e segurança	77 739	82 666
Royalties	14 123	17 463
Honorários / Consultoria	35 501	42 977
Transporte de Pessoal e Invent.	1 058	26 804
Deslocações e Estadias	30 229	24 079
Serviços Bancários	3 592	7 065
Outros	11 674	19 591
	<u>405 766</u>	<u>495 093</u>

O saldo da rubrica "Fornecimento e serviços externos" em 31 dezembro demonstra um decréscimo dos gastos em mECV 89.327, principalmente devido a redução ocorrida nos gastos com eletricidade, conservação e reparação, publicidade e propaganda, transporte de pessoal, transporte de inventários e outros, pese embora os acréscimos verificados nos gastos com água, rendas e aluguer e deslocação e estadias, entre outros. O saldo da rubrica de honorários / consultoria em 31 de dezembro de 2020 no montante de mECV 35.501 é constituído principalmente por gastos com estudos e projetos técnicos no âmbito dos projetos em curso, nomeadamente reformulação do sector portuário, e outros.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

23. Gastos com o Pessoal

O número médio de trabalhadores da ENAPOR nos períodos findos em 31 dezembro de 2020 e 2019, atenta a natureza do vínculo contratual, foi o seguinte:

	2020	2019
Pessoal Administrativo	488	427
Trabalhadores Portuários	452	494
Trabalhadores Portuários ocasionais	391	669
	<u>1.331</u>	<u>1.590</u>

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2020	2019
Remunerações dos Órgãos Sociais	11 191	9 327
Remunerações do Pessoal (i)	998 566	1 090 402
Remunerações Adicionais	274 405	266 249
Prémios para pensões	51 221	-
Indemnizações ao Pessoal	13	85
Encargos s/Remunerações	190 270	200 009
SOAT	4 174	4 423
Formação Profissional	1 163	6 524
Ação Médico-Medicamentosa	714	522
Festividades da Empresa	2 212	8 135
Fardamento do Pessoal	11 096	293
Outros Gastos c/Pessoal	2 100	2 108
	<u>1 547 125</u>	<u>1 588 077</u>

(i) comporta todas as remunerações do pessoal administrativo e do corpo da estiva.

A redução nos gastos com o pessoal foi provocada principalmente por gastos com o corpo de estiva, que foi influenciado pela redução na atividade portuária, como consequência da crise pandémica ocorrida em 2020.

As remunerações adicionais em 2020, são compostas por várias rubricas complementares ao salário, destacando-se as horas extraordinárias de mECV 35.379 (mECV 41.687 em 2019), a isenção horária no montante de mECV 53.430 (mECV 53.242 em 2019), o subsídio de férias estiva no montante de mECV 28.589 (mECV 32.927 em 2019) e ainda o subsídio de Natal estiva no montante de mECV 24.281 (mECV 25.617 em 2019).

24. Imparidade de Dívidas a Receber

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2020 e de 2019 foram os seguintes:

	2020	2019
Saldo Inicial	230 726	242 089
Movimentos no exercício		
Aumentos	90 753	24 639
Reversões	(3 200)	(22 000)
	87 552	2 639
Utilização	(5 008)	(14 002)
Saldo Final	313 270	230 726

As perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2020 ascendem a mECV 313.867 (mECV 231.323 em 2019). O Conselho de Administração identificou um conjunto de valores a receber que comportam um elevado risco de recuperabilidade e decidiu pelo uso do critério fiscal no cálculo das imparidades e por conta disso efetuou um reforço das imparidades em 2020 de mECV 90.753 (mECV 24.639 em 2019).

Registou-se uma reversão de imparidades constituída em mECV 3.200, resultante da cobrança de montantes para os quais já tinham sido constituídas imparidades em exercícios anteriores, bem como da adoção do critério fiscal para apuramento das imparidades das dívidas de clientes.

Por razões várias, nomeadamente extinção das empresas, perda de navios para explorar quer por afundamento e ou outras razões, vários créditos já não recuperáveis, foi autorizado que fossem considerados incobráveis e fossem anulados da carteira de clientes em contrapartida das imparidades já constituídas em outros exercícios, no montante de mECV 5.026 (mECV 14.002 em 2019).

25. Provisões do Exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de “Provisões”, regista a constituição de uma provisão de mECV 4.296 para a cobertura um processo em curso entre a Enapor e a IGT, relativamente ao pagamento da segurança social de um grupo de trabalhadores da mão de obra portuária.

	2020	2019
Outras Provisões	4 296	-
Total	4 296	0

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

26. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica *outros rendimentos e ganhos* apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Rendimentos em Alienações Ativos	106	365
Rendimentos em Sinistros Ativos	0	323
Rendimentos em Rendas	99 145	90 744
Correções Períodos Anteriores	2 159	13 626
Imputação de Subsídios para Investimentos	11 015	10 099
Recuperação Dívidas Clientes Nac.Privados	29	2 145
Outros	2 782	5 969
Total	115 237	123 271

27. Outros Gastos e Perdas

A rubrica *outros gastos e perdas* apresenta a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Impostos	2 058	4 786
Correções Relativas a Períodos Anterior	5 907	20 667
Donativos e Quotizações	8 054	11 446
Outros Gastos Operacionais	1 236	6 186
Perdas em Inventário	49	7
Diferença de cambio	-	129
Gastos em Inv.não Financ.-Sinistros	753	30
Total	18 057	43 251

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

28. Depreciação e Amortização

A rubrica de “Depreciação e Amortização” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Edifícios e Outras Construções (Nota 5)	1 784	1 734
Total Propriedade de Investimento	1 784	1 734
Edifícios e Outras Construções	200 994	200 305
Equipamento Básico	215 219	209 045
Equipamento de Transporte	10 070	9 976
Equipamento Administrativo	24 210	21 017
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 425	4 128
Total Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	455 917	444 471
Software	8 643	3 055
Total Ativos intangíveis (Nota 7)	8 643	3 055
	466 344	449 260

29. Juros e rendimentos similares obtidos

Nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2020 e 2019 os juros e rendimentos similares obtidos foram as seguintes:

	2020	2019
Ganhos		
Juros obtidos		
Juros de depósitos à ordem (Nota 4)	233	104
Juros de depósitos a prazo (Nota 4)	1 870	7 825
Outros	370	599
Diferenças de câmbio	13 673	0
Total	16 146	8 528

Os juros obtidos referem-se a aplicações em depósito a prazo para rentabilizar o excedente temporal de tesouraria, assim como ganhos com depósito à ordem remunerados.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

30. Imposto Sobre o Rendimento do Exercício

Na sequência do novo CIRPC (Lei nº82/VIII/2014) que entrou em vigor em 1 janeiro de 2015, introduzindo a taxa autónoma, a rubrica «Imposto sobre o rendimento do período» apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e de 2019:

	2020	2019
Imposto Corrente	53 535	130 802
Imposto Diferido	-6 563	3 330
Imposto Incêndio	1 094	2 616
Taxa Autónoma	693	1 979
Total	48 759	138 727

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o fiscal é apresentado na tabela seguinte e baseia-se na declaração fiscal do Modelo 1B do IRPC.

	2020	2019
Resultado Antes Imposto RAI	206 753	581 682
ACRÉSCIMOS	60 819	45 798
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	5 907	20 667
Depreciações e amortizações efetuadas fora previsto IRPC	510	164
Perdas por imparidade em créditos não aceites	8 151	7 600
Ativo por imposto diferido	1 915	0
As multas, coimas e encargos pela pratica infrações	20	0
Despesas não devidamente documentadas	250	883
Prémios de seguros de doença e acidentes pessoais	5	91
Imposto único sobre o património	155	37
"+" 30% gastos c/viaturas ligeiras de passageiros ou mistas	2 067	3 833
"+" 50% gastos c/despesas representação	37	135
Realizações de utilidade social não dedutíveis	464	503
Donativos p/além dos limites legais	2 641	4 373
Outras correções não previstas nos campos anteriores (NRF 21)	38 696	7 512
DEDUÇÕES	19 049	32 926
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	0	13 626
Ativo por imposto diferido	8478	-
Reversão de perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores	2495	3 399
Benefícios fiscais (art.30 e31 CBF)	0	1 062
Outras correções não previstas nos campos anteriores (NRF 21)	8076	14 839
ACRÉSCIMO NA MATERIA COLECTAVEL	41 771	12 872
MATÉRIA COLECTÁVEL	248 524	594 554
CÁLCULO IMPOSTO		
Imposto à taxa normal (1)	22%	54 675 130 802
Deduções a colecta (n.º 1 art. 29ª Orçamento Estado 2020) (2)		1 140 0
Pagamentos fraccionados (3)		53 535 134 847
IRPC liquidado (4)=(1-2-3)		0 -4 045
Retenções na fonte (5)		1 403 2 144
IRPC a pagar (6)		-1 403 -6 189
Imposto incêndio (7)	2%	1 094 2 616
Tributações autónomas (8)		693 1 979
Pagamentos fraccionados (9)		693
Imposto Diferido (10)		3 330
TOTAL A PAGAR / A RECEBER(11)		-1 711 -1 594
Imposto sobre o rendimento do período	48 759	138 727

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

O novo código (CIRPC), alargou o leque das despesas não aceite fiscalmente, entre os quais se encontra «Despesas não devidamente documentadas». Introduziu, ainda, o conceito da Taxa Autónoma, que é um imposto direto que incide sobre determinadas despesas, com particular relevo para as despesas resultantes de alguns benefícios atribuídos aos trabalhadores.

31. Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais não Reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa não tem passivos contingentes nem compromissos contratuais não reconhecidos nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo.

32. Garantias Prestadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as garantias prestadas pelo Governo de Cabo Verde e pela Empresa para obtenção de financiamentos eram como se segue:

Entidade Financeira	Emitente	2020	2019
Banco Comercial do Atlântico	Gov. CV	132 000	132 000
Ecobank	Enapor	34 555	
Banco Africano de Investimentos	Enapor	38 957	38 957
		205 512	170 957

A garantia relativa ao Ecobank decorre da aquisição de uma empilhadora de 45 toneladas para o Porto Sal-Rei, tendo a mesma sido exigida pelo fornecedor.

33. Divulgações Sobre Diplomas Legais

À data de 31 de dezembro de 2020 não existem divulgações exigidas por diplomas legais a que a ENAPOR, S.A. estivesse sujeita.

34. Outra Informações cuja Divulgação Seja Considerada Relevante para Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

À data de 31 de dezembro de 2020 não existem outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa.

35. Eventos subsequentes

À data de aprovação destas demonstrações financeiras, não existiam quaisquer eventos cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020
(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

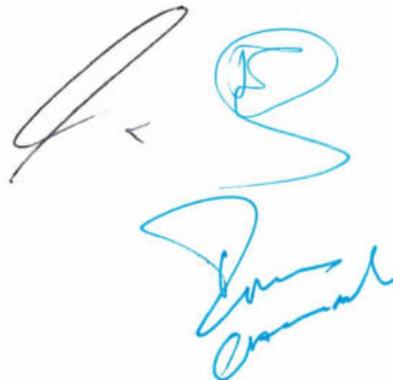
36. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 31 de março de 2021.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





RELATÓRIO DE AUDITORIA

**ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos
Portos, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de
2020 acompanhadas do Relatório de Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV.)

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. (a “Entidade” ou “ENAPOR”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de mECV. 6.660.382 e um total de capital próprio de mECV. 3.287.943, incluindo um resultado líquido de mECV. 157.995), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas (i) a (v) na seção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos das matérias referida nas alíneas (vi) a (viii) da mesma seção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Bases para a opinião com reservas

- (i) Não obtivemos, até à presente data, confirmação de saldos de diversas entidades, com referência a 31 de dezembro de 2020, os quais, de acordo com os registos contabilísticos da Entidade, naquela data, encontram-se incluídos nas rubricas de “Clientes”, “Fornecedores”, “Financiamentos obtidos – passivo não corrente” e “Financiamentos obtidos – passivo corrente”, nos montantes de mECV. 156.581 (líquido de perdas por imparidade de mECV. 200.353), mECV. 10.584, mECV. 1.705.558 e de mECV. 236.388, respetivamente. Por outro lado, não obtivemos reconciliação dos saldos que nos foram indicados, com referência a 31 de dezembro de 2020, por cinco clientes, no montante total de mECV. 53.896, cujo saldo correspondente, naquela data, de acordo com os registos contabilísticos da Entidade, ascende a mECV. 63.235 (líquido de perdas por imparidade no montante de mECV. 28.445). Adicionalmente, o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2019, datado de 27 de março de 2020, inclui uma reserva por limitação de âmbito similar aos assuntos acima referidos. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2020.



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2021. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

- (ii) Não obtivemos, até à presente data, resposta de dez consultores legais ao nosso pedido de indicação de processos envolvendo a Entidade, com referência a 31 de dezembro de 2020 (cinco consultores legais com referência a 31 de dezembro de 2019). Consequentemente, não nos é possível concluir quantos aos eventuais efeitos deste assunto, se alguns, nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2020.
- (iii) No decurso do exercício de 2019, a ENAPOR procedeu ao registo de uma compensação de saldos a receber e a pagar a entidades pertencentes ao universo do Estado de Cabo Verde, no montante de mECV. 45.388, afetando contas a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2019. Contudo, não obtivemos, informação de suporte à aceitação daquela compensação por parte das entidades estatais envolvidas. Consequentemente, não nos é possível concluir quantos aos eventuais efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2020.
- (iv) O balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2020 inclui nas rubricas de "Clientes", "Outras Contas a receber" e "Acionistas/Sócios" contas a receber de organismos públicos ou empresas participadas pelo Estado de Cabo Verde no montante de, aproximadamente, mECV. 4.302 (líquido de perdas por imparidade no montante de mECV. 43.129), mECV. 11.344 e mECV. 9.937, respetivamente, que apresentam antiguidade. Adicionalmente, o saldo da rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" em 31 de dezembro de 2020 no montante de mECV. 587.053 inclui contas a receber relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") no montante de mECV. 529.361 relativo ao saldo de IVA a receber apurado desde o exercício de 2014. Sobre este saldo, importa mencionar que, no decurso do exercício de 2018, a Entidade foi inspecionada pela autoridade fiscal cabo-verdiana, tendo o respetivo relatório, apresentado uma liquidação adicional relativamente ao exercício de 2014, no montante de mECV. 218.507, a qual foi objeto de reclamação pela Entidade (Nota 13.1), não tendo existido desenvolvimentos desde então. Adicionalmente, o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2019, datado de 27 de março de 2020, inclui uma reserva por limitação de âmbito relacionada com os assuntos acima referidos. Não obtivemos informações suficientes que nos permita concluir quanto ao momento e valor de realização daquelas contas a receber em 31 de dezembro de 2020 bem como quanto aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Entidade nessa data.
- (v) Não obtivemos, até à presente data, a informação de suporte que justifique as diferenças existentes entre o sistema operacional de suporte à receita da Entidade, designado por "Janela Única Portuária" ("JUP") e os registos contabilísticos da Entidade para o exercício de 2020, nomeadamente no que respeita a um conjunto de operações registadas contabilisticamente no montante de, aproximadamente, mECV. 5.245 que não se encontram suportadas no sistema "JUP", para além de diversas operações constantes no sistema "JUP" que não constam dos registos contabilísticos da Entidade no exercício de 2020 e que não nos foi possível quantificar. Realçamos que o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 incluía uma reserva por limitação de âmbito relacionada com o assunto acima mencionado, o que revela deficiências de controlo interno ao nível da receita. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre os efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2020, nomeadamente na rubrica de "Vendas e Prestações de Serviços".

- (vi) A nossa análise ao saldo da rubrica de “Inventários” em 31 de dezembro de 2020, no montante de mECV. 65.177 (líquido de reservas de imparidade de mECV. 60.571) revelou a existência de itens de elevada antiguidade e sem rotação relativamente aos quais identificámos ausência ou insuficiência de registo de perdas por imparidade no montante de, aproximadamente, mECV. 17.000, respeitante, essencialmente, a exercícios anteriores. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o ativo e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados no montante de mECV. 17.000.
- (vii) O balanço da Empresa em 31 de dezembro de 2020 inclui contas a receber de entidades privadas no montante de, aproximadamente, mECV. 321.578 (já deduzido de perdas por imparidade acumuladas no montante de, aproximadamente mECV. 133.616). A nossa análise ao valor de realização daquelas contas a receber, naquela data, revelou que aquelas perdas por imparidade acumuladas se encontram insuficientes no montante de, aproximadamente, mECV. 14.830 (este montante refere-se, em parte, a entidades relativamente às não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos (alínea (i) acima)) (insuficiência de mECV. 30.669 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, a Entidade registou, por contrapartida do resultado líquido do exercício de 2020, perdas por imparidade no montante de mECV. 48.144 correspondente a metade da dívida de um cliente, anteriormente detido maioritariamente pelo Estado de Cabo Verde e que se encontra em dificuldades financeiras significativas. Face a estas circunstâncias, entendemos que teria sido mais apropriado o registo de uma perda por imparidade relativamente à totalidade das contas a receber daquele cliente no montante de mECV. 96.287, apesar de não termos obtido informações suficientes que nos permita concluir se a mesma deveria ser registada por contrapartida do resultado líquido do exercício de 2020 ou de exercícios anteriores. A esse propósito, salienta-se que o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, datado de 27 de março de 2020, inclui uma reserva por limitação de âmbito parcialmente relacionada com o valor de realização das contas a receber daquele cliente, anteriormente categorizado como entidade pública. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020 o ativo encontra-se sobreavaliado no montante de, aproximadamente, mECV. 62.974, não nos tendo sido possível quantificar, integralmente, a sobreavaliação imputável ao resultado do exercício de 2020 e a exercícios anteriores.
- (viii) A ENAPOR obteve, em 1982, através do Decreto-Lei nº 58/82, de 19 de junho, a Concessão da exploração económica dos portos existentes na República de Cabo Verde, com base na qual a Entidade passou a utilizar um vasto conjunto de bens de domínio público, sem, contudo, terem sido definidas algumas condições associadas à sua exploração, nomeadamente, o seu prazo e contrapartidas financeiras. Em 12 de setembro de 2013, através do Decreto-Legislativo nº1 /2013, foi alterada a Lei dos Portos de Cabo Verde, que veio atribuir à Entidade a figura de concessionária geral dos mesmos, competindo-lhe exercer as atribuições do Estado de Cabo Verde em matéria de administração, gestão e exploração de portos, terminais e zonas portuárias, sendo-lhe, ainda, permitida a subconcessão daquelas atividades a entidades privadas. Em 18 de maio de 2015, através do Decreto-Lei nº 31/2015, foi aprovado as Bases da Concessão dos Portos de Cabo Verde, redefinindo o quadro jurídico geral da Concessão dos Portos, bem como as bases gerais das subconcessões de gestão, exploração e operação portuária e serviços portuários, aprovando ainda o modelo de regulação económica do sector portuário. Este diploma mantinha a ENAPOR como Concessionária Geral dos portos de Cabo Verde, mediante a celebração do correspondente contrato que veio a ocorrer em 18 de janeiro de 2016, sob o título de “Contrato de Concessão Geral do Serviço Público Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde” (“Contrato de Concessão”), em conformidade com os objetivos preconizados na Resolução nº 52/2015, de 15 de junho, apesar de não termos obtido evidências que o contrato tenha sido objeto de publicação em Boletim Oficial.

O Contrato de Concessão veio a definir que: (i) os bens a ela afetos são aqueles que vierem a ser utilizados pela Concessionária para a prestação de atividades e serviços portuários ou outros serviços conexos e que se destinem à realização do serviço público objeto da concessão; (ii) a Concessão tem por objeto a exploração do serviço público Portuário e a gestão, administração e manutenção dos Portos de Cabo Verde; (iii) a Entidade é titular do direito de propriedade dos bens afetos à Concessão que não integrem o domínio público ou que não sejam propriedade privada de outras entidades públicas ou privadas; (iv) todos os bens que a Entidade venha a adquirir na vigência da Concessão integram o seu património privativo, salvo se, em virtude da lei e nos termos desta, devam integrar o domínio público; (v) o prazo da Concessão é de 50 anos a contar da data da assinatura do Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado por um período máximo de vinte anos; (vi) extinguindo-se a Concessão por qualquer motivo revertem para o Estado de Cabo Verde todos os bens e direitos afetos à Concessão, sejam ou não propriedade da ENAPOR, obrigando-se a ENAPOR a entregá-los em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem prejuízo do normal desgaste inerente à sua utilização, e livres de quaisquer ónus e encargos, não sendo legítimo invocar, com qualquer fundamento, o direito de retenção. Adicionalmente, caso a reversão dos bens não ocorra tal como indicado anteriormente, a ENAPOR deverá indemnizar o Estado de Cabo Verde; e (vii) são devidas rendas pela ENAPOR pela exploração das Atividades e Serviços Portuários, as quais serão determinadas em 10% da receita total proveniente da cobrança por tarifas das atividades sujeitas a regulação económica, nos Portos objeto da Concessão.

Nestas circunstâncias, a Entidade deveria ter procedido, e não procedeu, à análise e registo nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 dos efeitos decorrentes da adoção, por supletividade, da “International Financial Reporting Interpretations Committee nº 12 – Service Concession Arrangements” (“IFRIC 12”) de 1 de janeiro de 2008, tendo mantido, nomeadamente, os procedimentos de reconhecimento, mensuração e classificação dos ativos afetos à Concessão que tinham vindo a ser adotados antes da assinatura do Contrato de Concessão, encontrando-se os mesmos incluídos em 31 de dezembro de 2020, essencialmente na rubrica de “Ativos fixos tangíveis”, cujo saldo total ascende, naquela data, a mECV. 5.104.824 (líquido de depreciações acumuladas de mECV. 7.861.556) (mECV. 4.840.998 líquido de depreciações acumuladas de mECV. 5.220.875 em 31 de dezembro de 2019).

Importa ainda referir, por outro lado, que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 não incluem os efeitos decorrentes de eventuais rendas por faturar à Entidade pela exploração das Atividades e Serviços Portuários, conforme previsto no Contrato de Concessão supra mencionado.

Não obtivemos informações suficientes, até à presente data, que nos permitisse concluir sobre os efeitos dos assuntos acima mencionados, que entendemos ser significativos, nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2020.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Tal como mencionado na Nota 2.1. do anexo às demonstrações financeiras, pese embora o impacto económico da pandemia provocada pelo novo coronavírus (Covid-19), a qual conduziu a uma redução do tráfego de pessoas e mercadorias em Cabo Verde e conseqüentemente a uma redução da atividade da Entidade, o Conselho de Administração entende que, tendo por base as informações disponíveis na presente data, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa a curto prazo, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras da ENAPOR em 31 de dezembro de 2020, mantém-se apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2019, foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria datado de 27 de março de 2020, contém sete reservas similares às descritas nas alíneas (i) a (v) e (vii) e (viii), da secção “Bases para a opinião com reservas” e uma ênfase cuja natureza é semelhante à acima descrita.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

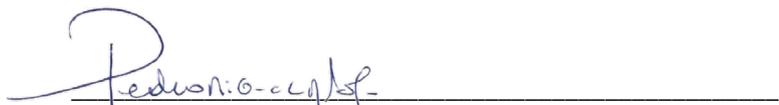
Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 31 de março de 2021



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes, ROC



**PARECER DO
FISCAL ÚNICO**

ENAPOR
EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, SA

Mindelo - S.Vicente – Cabo Verde

**RELATÓRIO E PARECER
DO
FISCAL ÚNICO**

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 31/12/20

Mindelo, Março 2021

Auditor Certificado Manuel J. Monteiro – Cédula nº 0017 - OPACC

MANUEL DE JESUS MONTEIRO
AUDITOR CERTIFICADO PELA OPACC-CV
Cédula profissional nº 0017

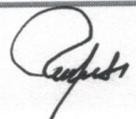
NIF: 103219005

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DE 2020
DA
EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao abrigo das competências constantes dos artigos 28º, 29º e 30º dos Estatutos, definindo funções, competências e poderes do Fiscal Único, coadjuvados com os artigos 333º, 334º, 335º e 344º do CSC – Código das Sociedades Comerciais de Cabo Verde, analisamos as demonstrações financeiras da **Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA**, abreviadamente **ENAPOR, SA**, com sede em Mindelo, ilha de S. Vicente, anexas a este relatório e constituídas por balanço, demonstração dos resultados, mapa de demonstrações das alterações do capital próprio e o mapa de fluxos de caixa, respeitante ao exercício económico, findo em 31 de Dezembro de 2020, concluímos terem sido as mesmas peças elaboradas de acordo com o SNCRF – Sistema Nacional de Contabilidade e Relato Financeiro de Cabo Verde, foram produzidos recomendações e outros procedimentos que achamos pertinentes, para opinarmos sobre as mesmas.

Desde a nossa reeleição na Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 2019 (Ata nº 35), demos um acompanhamento possível a sociedade, participamos em todas as Assembleias Gerais e através do Conselho de Administração, tomamos conhecimento das decisões registadas em atas para sintonizarmos com os objetivos da Enapor, SA. Também recebemos dos executivos, através da Direção Financeira, informações e balancetes trimestrais e outros elementos quando solicitados. Para o nosso parecer relevamos os seguintes pontos:



I - Resultado operacional – a diminuição do resultado operacional em 388,781 mECV, (-61,8% em relação a 2019), com uma redução das prestações de serviços de 13% (-421,606 mECV), sendo a movimentação de mercadorias nos portos de Cabo Verde de -18,5%, movimentação de navios de -18,1% (-1,26 navios), nos serviços prestados a navios -23%, outros serviços -29% e serviços secundários -16%. Devido a pandemia do Coronavírus, a faturação global passou para 2,884,052 mECV (3,313,692 em 2019), influenciando toda a atividade económica e assim os serviços secundários apresentam queda percentualmente idêntica. Os gastos diminuíram devido a falta de atividade, nomeadamente os gastos com consumos de materiais armazenáveis, os combustíveis e peças, com uma diminuição de 3,225 mECV (-3%), apresentando um resultado operacional bruto de 240,729 mECV (629,510 mECV em 2019).

II - Dívidas a receber - as dívidas a receber no montante de 1,030,572 mECV, sendo o Estado e outros entes públicos responsável por 587,053 mECV (57% * total das dívidas a receber), inclui imparidade de clientes 313,867 mECV (cerca 50% * saldo de clientes, acaba por não traduzir uma situação verdadeira e clara do Balanço da empresa, pela antiguidade de algumas dívidas e por se continuar a reforçar as imparidades, conforme for passando os anos. As imparidades para cobrir dívidas do setor estatal não são aceites como gastos Fiscais, sendo o montante acumulado de 150,490 mECV para cobrir dívidas do sector público estatal. O CA da Enapor, na sua sessão de 05/12/19, propôs ao Ministério das Finanças (Acionista único) um encontro de contas, com base na Lei que aprova o OE de 2016. Vimos que a lei fiscal não autoriza criação de imparidades/provisões para as dívidas do Estado, no entanto, a Enapor dispõe nos registos de imparidades acumuladas para cobrir dívidas do Setor Público Estatal, mais de 150,490 mECV (48% * total imparidade). É nossa opinião que o Ministério das Finanças deve pronunciar sobre a situação das dívidas, principalmente desde o momento que autorizou a Enapor a concessionar os Portos de Cabo verde.

III - Inventários – apesar da redução dos gastos com os inventários, o investimento continua saliente e com algum risco de obsolescência para alguns materiais e sobressalentes armazenáveis, tanto para valores de avaliação, como para valores de imparidade, que constitui 52,4% do stock em armazém (39% em 2019). Internamente, fez-se inventários físicos com responsáveis da Enapor e analisando os dados, o inventário manteve em termos bruto o mesmo valor do ano anterior



IV - Gastos de estrutura – os gastos de estrutura do exercício em análise, diminuíram globalmente 130,279 mECV e destacaremos: i) Os fornecimentos e serviços externos, reduziram globalmente 89,327 mECV, para além dessa redução há que reduzir mais cerca de 73,112 mECV de água e eletricidade que foram vendidos, com margem bruta de 20%, nos outros itens temos redução exceto Deslocações e estadas que aumentou 6,150 mECV (+25,5% em relação a 2019) ii) Gastos com o pessoal, globalmente diminuíram 40,952 mECV em relação a 2019 (-2,5%), resultante da redução da atividade nos portos, com perdas de remunerações do corpo de estiva, em sentido inverso com adesão de 11 trabalhadores no processo de reforma incentivada antecipada e registado em Prémio de Pensões +51,221 mECV. O balanço social do pessoal sofreu uma baixa global de 259 trabalhadores, sendo +61 administrativos; -42 trabalhadores portuários e -278 trabalhadores portuários ocasionais. Os gastos com o pessoal constituíram no exercício cerca 82% dos gastos globais de estrutura excluindo os gastos com eletricidade e água para venda a terceiros) iii) Um outro gasto de estrutura que seria de considerar – renda da concessão – resultante do contrato de Concessão Geral do Serviço Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde, em conformidade com os objetivos preconizados na Resolução nº 52/2015 de 15 de Junho, onde Enapor, SA, pagaria 10% da receita total das cobranças proveniente de tarifas de atividades sujeitas a regulação económica nos Portos, objeto da concessão, no entanto e para assegurar o tratamento contabilístico do contrato de concessão, a Enapor teria de recorrer, supletivamente, das normais internacionais de contabilidade, mais concretamente da IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee (12 – Acordos de Concessão de Serviços), não depreciando os bens da concessão. Continua a não ter condições para materializar essa decisão do Governo de Cabo Verde, pelo desfasamento que traria na apresentação das contas

V - Investimentos/financiamento – dos projetos aprovados para 2020 no valor de 555,657 mECV, realizou-se 179,721 mECV (32% * previsto), tendo integrado no exercício 179,721 mECV, deduzidos os projetos em curso em 31.12.19 de 349,800 mECV.. Em 31.12.20 transitam para exercício seguinte, projetos em curso no valor de 466,797 mECV, onde inclui o Projeto do Terminal de Cruzeiros do Porto Grande (189,697 mECV), Pipe line gasolina Palmeira (39,947 mECV), Expansão Porto Inglês 126,672 mECV, Reabilitação do Cais de Pesca Boca de Pistola – Ponta do Sol 24,224



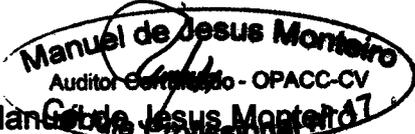
mECV, Reordenamento do Porto e construção (PF – SV) 23,188 mECV, entre Outros investimentos (63,069 mECV). Ainda dentro dos Ativos intangíveis encontrava-se em curso – Projeto Chek In de Passageiros e Bagagens, que foi dado por concluído pelo valor de 14,150 mECV. Dos projetos programados e não realizados, nenhuma causa foi atribuída a Enapor, na falta do seu arranque e/ou conclusão, mas sim contingências externas, nomeadamente a epidemia do Covid-19. Os planos de financiamento foram cumpridos e existia parte dos fundos em Bancos para o efeito e por isso não se recorreu em 2020 a financiamento bancário. Existe um plano de cumprimento dos financiamentos de curto prazo. A Enapor, continua a sentir necessidade de destrinçar os investimentos de concessão, dos investimentos recebidos no âmbito do contrato de concessão do Estado, fazendo adaptação as normas internacionais sobre concessões.

VI - Tesouraria - relativamente a tesouraria, o fluxo de caixa das atividades operacionais não produziu fluxos suficientes (-6,908 mECV), para cobrir os fluxos de atividades de investimento e financiamento. Para financiar os projetos concluídos e em curso em 31.12.20, Enapor não se recorreu a financiamentos bancários ou outras fontes de financiamento. Com o nível que a tesouraria chegou a 31.12.20, com saldos de exploração insuficiente para cobrir os investimentos a executar e pagar os compromissos como empréstimos bancários (capital + juros) e dividendos vai ter de recorrer ao crédito bancário para materializar alguns projetos, mesmo descapitalizando os valores existentes em bancos, se não se melhorar o nível de cobrança e exploração.

VII - Aprovação - tendo em conta os exames e análises efetuados e parecer com reservas da auditoria independente, a nossa opinião é favorável a aprovação: (i) Demonstrações Financeiras de 2020; (ii) Relatório do Conselho de Administração; (iii) Relatório do auditor independente, que fazem parte integrante deste relatório do FU-Fiscal Único.

Mindelo, 30 de Março de 2021

O Fiscal Único


Manuel de Jesus Monteiro
Auditor Certificado - OPACC-CV
Manuel de Jesus Monteiro
Auditor Certificado



SEDE: C.P 82, Mindelo - S.Vicente | Tel: +238 230 75 00
E-mail: marketing@enapor.cv | Site: www.enapor.cv

